

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura  
Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2007  
Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Agosto de 2007

## Índice

<b>Brasil quer acelerar ingresso da Venezuela no Mercosul</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 04/08/2007 .....	4
<b>Amorim ainda crê em Doha, mas não vai entregar armas</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/08/2007 .....	5
<b>'Época de abertura unilateral já passou'</b> – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 05/08/2007 .....	7
<b>Chávez nega ter dado ultimato ao Brasil</b> – Estado de São Paulo – Internacional – 06/08/2007 .....	8
<b>Congresso dos EUA aprova lei que eleva subsídios agrícolas</b> - Patricia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/08/2007 .....	8
<b>'O México vai se aproximar do Mercosul'</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/08/2007 .....	10
<b>Chávez agora diz que "pode esperar" por Mercosul</b> – Fabiano Maisonave – Folha de São Paulo – Mundo – 06/08/2007 .....	14
<b>México quer Brasil em Alca sem EUA</b> Sergio Leo – Valor Econômico – Opinião - 06/08/2007 .....	15
<b>Uma viagem inútil</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 08/08/2007 .....	17
<b>Há saída para o fracasso de Doha</b> - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/08/2007 .....	18
<b>Rodada de Doha pode fracassar se não for fechada este ano, diz presidente da Comissão Européia</b> – Cássia Almeida – 10/08/2007 .....	21
<b>Discurso sobre etanol causa polêmica</b> – O Globo – O País – 11/08/2007 .....	22
<b>Brasil ataca etanol dos EUA na OMC</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2007 .....	22
<b>'Brasil tem de agregar valor ao seu produto'</b> - Kelly Lima – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2007 .....	23
<b>Acordos regionais ditam regras, diz OMC</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 15/08/2007 .....	24
<b>Segunda Quinzena</b>	
<b>O jogo do Mercosul com Chávez</b> - MIRIAM GOMES SARAIVA – O Globo – Opinião – 16/08/2007 .....	25
<b>Crise leva França a sugerir antecipar reunião do G-7</b> – O Globo – Economia – 17/08/2007 .....	27
<b>Chávez criará Banco do Sul sem participação do Brasil</b> – Fabiano Maisonave – Folha de São Paulo – Mundo – 17/08/2007 .....	28
<b>Motivos para briga</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 20/08/2007 .....	29
<b>Em meio a crise, sai o Banco do Sul</b> – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil – 20/08/2007 .....	30
<b>Mercosul aprova e Brasil deve anunciar elevação de tarifa de calçados e tecidos</b> – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 22/08/2007 .....	32
<b>Na OMC, EUA não informam valores de ajuda a agricultores</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/08/2007 .....	33

<b>Sarkozy diz que será duro com Bush nas negociações</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/08/2007.....	34
<b>Acordo na OMC é urgente, diz Amorim</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/08/2007.....	35
<b>Venezuela volta a pedir pressa ao Mercosul</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/08/2007.....	36
<b>Amorim vê Doha mais urgente com turbulência</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/08/2007.....	37
<b>Venezuela volta a debater sua entrada no Mercosul</b> – O Globo – Economia – 23/08/2007.....	38
<b>Mercosul intensifica ofensiva anti-China</b> - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Especial - 23/08/2007.....	38
<b>Venezuela e Brasil voltam a negociar abertura comercial</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/08/2007.....	39
<b>Vitória democrata deve ser esmagadora, afirma Wallerstein</b> – Andreá Murta - Folha de São Paulo – Mundo – 26/08/2007.....	40
<b>Um teste inédito, para além da Rodada Doha</b> – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 27/08/2007.....	42
<b>Mais pragmatismo no Mercosul</b> - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 28/08/2007.....	44
<b>Sarkozy quer Brasil no G-8 e ONU</b> – Estado de São Paulo – Internacional – 28/08/2007.....	46
<b>Sarkozy defende ampliação do G8</b> – Folha de São Paulo – Mundo – 28/08/2007.....	48
<b>Brasil espera definição sobre Doha até outubro</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/08/2007.....	49
<b>Moscou apóia incluir Brasil e outros no grupo</b> – Folha de São Paulo – Mundo – 29/08/2007.....	50
<b>"É impensável relançar a Alca", afirma Amorim</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/08/2007.....	50
<b>Brasil dá prazo de três meses para Doha destravar</b> - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 29/08/2007.....	51
<b>Brasil tenta manter atenção em Doha</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/08/2007.....	52
<b>Brasil quer tratar reforma agrária como subsídio legal</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/08/2007.....	53
<b>Asiáticos querem que Mercosul só forneça commodities</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 30/08/2007.....	53

**Celso Amorim diz que tentará reduzir resistências de parlamentares brasileiros - Em encontro com chanceler argentino, ministro também confirma projeto conjunto de construção de uma nova hidrelétrica no rio Uruguai**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O Brasil quer acelerar o processo de entrada da Venezuela no Mercosul. A informação foi dada ontem pelo chanceler Celso Amorim, que pretende conversar com os parlamentares brasileiros sobre o tema nos próximos dias. Nesse encontro, o ministro vai tentar convencer senadores e deputados que se mostraram contrários à iniciativa após embate entre o Congresso e o presidente venezuelano, Hugo Chávez, no episódio de não-renovação da concessão da RCTV no país.

Amorim disse que ainda não falou com os parlamentares brasileiros após a troca de farpas que começou no final de maio. "Não tive oportunidade de falar com eles. Gostaria de ouvi-los, sentir como eles receberam [o episódio]. Isso é importante para a minha própria visão", disse.

Em entrevista, Amorim disse diversas vezes que o Brasil tem interesse em acelerar esse processo de ingresso da nação vizinha. "Temos todo o interesse." A relação entre o Congresso brasileiro e a Venezuela começou a piorar em 30 de maio, quando o Senado aprovou uma moção contra a decisão do governo local de fechar o canal de televisão RCTV, principal opositor ao governo Chávez. Como reação, o presidente venezuelano chamou o parlamento brasileiro de "papagaio de Washington" em referência a suposta aproximação com as idéias políticas de George W. Bush. Amorim também anunciou que o Brasil vai sediar nova reunião de ministros econômicos sobre o projeto do Banco do Sul -instituição de fomento multinacional formada pelos países da América do Sul. O encontro será em 23 de agosto no Rio.

**Usina** - Ao lado do chanceler argentino, Jorge Taiana, o brasileiro anunciou que os dois países têm projeto conjunto de construção de uma nova usina hidrelétrica no rio Uruguai. O projeto da Usina de Garabi, no município de Garruchos, no noroeste do Rio Grande do Sul, seria uma forma conjunta de atender à crescente demanda por energia nos dois países.

Taiana lembrou, inclusive, que a expectativa de crescimento mais rápido das duas economias faz com que projetos desse tipo tenham prioridade. O tema energético foi um dos principais na reunião de cerca de duas horas e meia entre os diplomatas dos dois sócios do Mercosul.

Com problemas de abastecimento de energia, a Argentina aumentou a importação de energia brasileira nos últimos meses. Além disso, acertou o envio de parte do gás contratado pelo Brasil com a Bolívia, mas que não vem sendo usado.

Para Amorim, fracasso em Potsdam serviu para mostrar que interesses pelos quais o Brasil briga não são só dele

Os recentes percalços da Rodada Doha não abalaram o reconhecido otimismo do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na semana passada, o chanceler declarou-se confiante na conclusão de um acordo sobre agricultura e indústria até outubro. Mas deixou claro que não abaixará suas armas. Em entrevista ao Estado, Amorim disparou contra os métodos dos principais atores da Rodada e enfatizou que o Brasil tem margem para ampliar sua oferta de abertura do setor industrial. Essa concessão, entretanto, dependerá de ganhos reais na área agrícola e de um acordo final equilibrado.

Em seu gabinete, o chanceler indicou que ainda não digeriu a armadilha preparada pelos americanos e europeus em Potsdam (Alemanha), no final de junho, quando se deu o último encontro do G-4.

Formado por Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia, esse grupo tentava alcançar um pré-acordo da Rodada, que facilitasse o acerto final entre os 150 membros da Organização Mundial do Comércio. Para Amorim, a frustração dessa tentativa trouxe pelo menos dois dados positivos. Primeiro, mostrou que o Brasil não defende sozinho que o capítulo agrícola é a razão de ser da Rodada nem resiste sozinho a uma abertura industrial desequilibrada em relação aos ganhos em agricultura. Em sua avaliação, o País está devidamente acompanhado por boa parte do mundo em desenvolvimento. Segundo, tornou evidente que a barganha na área agrícola está restrita às concessões, entre si, dos dois pesos-pesados da OMC, Estados Unidos e União Européia.

No início de setembro os presidentes do grupo de negociação de agricultura na OMC, Crawford Falconer, e o de indústria/serviços, Donald Stephenson, devem apresentar novas versões das propostas de suas áreas. A seguir, os principais trechos da entrevista.

### **A Rodada Doha fecha ou não?**

Eu tenho a convicção que essa Rodada vai ser concluída. O número de temas em aberto é pequeno, embora sejam importantes. Há uma dificuldade física, que é terminar as negociações de modalidades agrícolas, industriais e de serviços até outubro, para que esse acordo surta efeito sobre a renovação da Autoridade de Promoção Comercial pelo Congresso americano. Isso exigirá mais engajamento de alguns dos atores principais.

### **Os temas pendentes são politicamente complicados. O que mudou para o sr. se mostrar ainda mais otimista?**

O fato de a negociação ter saído do ambiente do G-4 e passado para o ambiente multilateral foi importante para alguns atores perceberem as complexidades dos temas pendentes. No G-4, o Brasil defendia a posição de muitos países, mas era percebido como

um país que agia isoladamente, apenas com a Índia a seu lado, e deixou uma impressão de intransigência. Agora, tornou-se claro que a dificuldade em alguns temas é de muitos países. Isso terá de ser levado em conta pelos mediadores (Falconer e Stephenson) e pelo diretor-geral da OMC (Pascal Lamy). Ao manter-se firme em suas posições e engajado na negociação e ao exercer certa liderança, o Brasil contribuiu para uma certa moderação.

### **Em que sentido?**

Nenhum dos grupos de países em desenvolvimento, por exemplo, recusou os documentos sobre agricultura e indústria/serviços apresentados pelos mediadores dessas áreas. Houve críticas, mas não rechaço. Há consciência de que o que se juntou em acordos, até agora, é muito importante para se jogar fora.

**Mas os mesmos pontos cruciais continuam em aberto: subsídios domésticos americanos, acesso ao mercado agrícola europeu e abertura de mercado industrial dos países em desenvolvimento. Na semana passada, Lamy ficou bastante irritado com a recusa do Brasil em aceitar o corte de 60% nas tarifas industriais.**

Fora um pequeno grupinho de países em desenvolvimento, que já têm acordos de livre comércio com todo o mundo, a maioria achou que o documento do mediador da área industrial não estava equilibrado. Da Jamaica ao Brasil e ao Quênia, todos concordamos e deixamos claro que é a agricultura quem determina o grau de ambição da Rodada. Ninguém ingressou nessa Rodada por causa da abertura industrial. As compensações aos países desenvolvidos, sobretudo da União Européia, não podem ser maiores que suas concessões na área agrícola nem podem ser parte principal da negociação.

**No caso industrial, o Brasil continua reticente a um corte maior que 50% nas tarifas de importação? Pode se aproximar de 60%, como sugeriu o mediador?**

Isso se tornou irrelevante. Em Potsdam, chegamos onde podíamos. Agora, está no plano multilateral. Tudo vai depender do resultado das consultas dos mediadores em setembro. Nunca dissemos que o corte de 50% era um ponto final.

**O “pequeno grupinho de países” apresentou proposta mais ousada de abertura industrial. Vários deles são sócios do G-20. Isso pode chamejar o G-20?**

O G-20 tem uma bandeira agrícola. Mas não tem um processo de definição de táticas. A visão tática desses países é diferente da nossa.

### **Na área industrial, o Brasil deve se coordenar mais com a Argentina?**

Não vejo grandes contradições entre os interesses reais dos dois países. Mas, às vezes, as percepções podem ser diferentes. Vamos continuar conversando.

O chanceler Celso Amorim está confiante de que até outubro um acordo no âmbito da Organização Mundial do Comércio seja alcançado, apesar do fracasso do encontro de Potsdam, na Alemanha, em junho entre os países do G-4 (Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia).

### **O que falhou em Potsdam?**

Esse é um fato histórico interessante, mas superado. Na reunião, a conversa não avançou em nenhum dos temas agrícolas. Quando chegamos nos temas industriais, a pressão dos Estados Unidos e da União Européia foi despejada sobre nós. Eles esperavam que o Brasil e a Índia, ao aceitarem uma abertura maior na área industrial, funcionassem como exemplo aos demais países em desenvolvimento. No final, criou-se um mito que Brasil e Índia saíram das negociações. Na verdade, foram eles que nos disseram que não adiantava mais continuar. Respondemos que, se assim era, não ficaríamos ali para representar o papel de bobo.

### **O fato de representantes da Fiesp terem comentado a negociadores europeus que a indústria brasileira estaria pronta para uma abertura maior que a oferta que o sr. defendia atrapalhou o processo?**

Quando você fala na Fiesp você se refere aos industriais? Eu falo sempre com a Fiesp. Nós não vamos deixar que o Brasil tenha o seu parque industrial varrido por um choque de liberalização sem obter o que quer em agricultura. A época das aberturas unilaterais já passou.

### **O foco de resistência dos europeus parecia o acesso ao mercado agrícola. Isso quer dizer que os subsídios tampouco estão resolvidos?**

A recompensa para os europeus reduzirem os subsídios agrícolas será o corte dos subsídios americanos. Estamos em um filme de cowboy, com um personagem atirando no outro. A compensação por não dar tiro é não receber tiro. A gente, provavelmente, não vai conseguir fechar a Rodada ideal. Mas estamos mais próximos de chegar a uma Rodada do Desenvolvimento. O período pós-Potsdam foi educativo. Espero que tenha sido também para o diretor-geral da OMC (Pascal Lamy).

### **É possível aos EUA reduzirem os subsídios como quer o G-20?**

Os americanos ponderam que o corte de subsídios dependerá da abertura de mercados agrícolas de países em desenvolvimento, como a Índia, que é aliada do Brasil no G-20. Eu tenho confiança que é possível chegar a um número próximo ao que o G-20 havia dito (US\$ 12 bilhões ao ano). Mas, se eu tivesse a certeza, talvez a negociação estivesse fechada.

**Tornou-se freqüente a romaria de industriais para reclamar do câmbio e pedir proteção comercial. Essa situação diminui a margem de manobra dos negociadores?**

A valorização do câmbio é uma questão conjuntural. O Brasil não pode deixar de participar de uma Rodada que trará muito benefício à agricultura brasileira e, indiretamente, à indústria em função de uma questão conjuntural.

**Seria arriscado organizar um encontro de líderes mundiais para superar as pendências da Rodada, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem insistido tanto? O Brasil pode tomar essa iniciativa?**

Esse encontro tem de vir no momento certo. A discussão provocada pelo presidente Lula nas reuniões do G-8 ajudaram a dar maior visibilidade política aos temas da Rodada. Nós somos bastante ousados, não temos medo de desgaste. Mas há sempre um ônus para quem convoca a reunião. Por outro lado, um líder de um país em desenvolvimento talvez tenha mais legitimidade para chamar essa reunião.

**Chávez nega ter dado ultimato ao Brasil** – Estado de São Paulo – Internacional – 06/08/2007

O presidente Hugo Chávez negou ontem, em seu programa Alô Presidente, ter dado um ultimato para que o Congresso brasileiro aprovasse a adesão da Venezuela ao Mercosul e culpou os EUA pelos 'mal-entendidos'. Chávez também agradeceu ao chanceler Celso Amorim, presente no programa, pela intenção de solicitar ao Congresso a aprovação da entrada venezuelana. 'Isso tem de ser ressaltado, pois os agentes do império estão à caça de qualquer coisa que alguém diga para nos fazer brigar e sabotar a integração latino-americana', disse Chávez.

**Congresso dos EUA aprova lei que eleva subsídios agrícolas** - Patricia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/08/2007

Além da ajuda aos produtores, a lei mantém programas banidos pela OMC - Os Estados Unidos estão prestes a adotar a Lei Agrícola mais retrógrada da história, com potencial para aumentar significativamente o volume de subsídios que distorcem os preços agrícolas internacionais.

A lei que acaba de ser aprovada pela Câmara dos Deputados americana mantém todos os programas de subsídios banidos pela Organização Mundial do Comércio, aqueles que estimulam a superprodução e deprimem os preços mundiais, prejudicando agricultores de todo o globo. Não há mudança prevista nem nos subsídios para o algodão, que voltaram a ser condenados pela OMC recentemente.

'Essa lei é um revés muito grande', diz Ken Cook, presidente do Environmental Working Group, entidade que mapeia todos os subsídios agrícolas concedidos nos EUA. 'E é uma lição para o Brasil - não adianta negociar com os Estados Unidos; no caso dos



subsídios, só litígio ou ameaça de retaliação vão funcionar.' Para Cook, o Brasil foi 'trouxa' de adotar a posição de esperar até o fim da Rodada Doha e não retaliar.

A Câmara americana derrotou as propostas de reforma do sistema, que previam a redução dos subsídios distorcivos como preços mínimos, pagamentos diretos e 'loan deficiency payments'. Ao contrário, a nova legislação eleva os preços mínimos garantidos para trigo, soja e açúcar. Os reformistas sugeriam seguros de safra e subsídios não acoplados a produção, tipos de incentivos que não distorcem preços.

A lei também vai manter os benefícios para os grandes fazendeiros dos EUA. Hoje em dia, fazendeiros que faturam até US\$ 2 milhões por ano têm direito a subsídios. O presidente George W Bush havia proposto que esse limite passasse para US\$ 200 mil por ano. Mas a Câmara reduziu o teto para US\$ 1 milhão.

'Essa Lei Agrícola consegue ser pior do que a anterior, porque reduz os subsídios permitidos e aumenta os ditos proibidos', diz Robert Thompson, um dos maiores especialistas em economia agrícola, diretor do programa de políticas agrícolas da Universidade de Illinois.

A legislação é mais um golpe contra as combalidas negociações de Doha . 'A Farm Bill destrói qualquer credibilidade dos EUA nas negociações', diz Thompson. Para ele, a lei mostra um desdém pelas decisões do algodão e reduz ainda mais qualquer chance de avanço na Rodada Doha este ano.

Para Pedro de Camargo Neto, presidente da Abipecs (Associação Brasileira da Indústria Produtora de Carne Suína), ex-secretário da Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura e idealizador dos painéis de açúcar e algodão, está mesmo na hora de o Brasil retaliar. 'Essa lei mostra que os americanos não têm a menor intenção de reduzir os subsídios.'

A legislação foi uma grande decepção para acadêmicos e para a coalização anti-subsídios dos EUA, que reúne ambientalistas, grupos humanitários, alianças da indústria e de livre-comércio. Esperava-se que a nova maioria Democrata no Congresso fosse reformar o sistema de subsídios, transformando programas distorcivos em incentivos que não afetam os preços mundiais, como seguros agrícolas. Mas os democratas cederam às pressões do lobby agrícola para garantir a reeleição de alguns deputados em distritos rurais.

Os legisladores estão apostando que os preços das commodities vão permanecer altos, o que manteria os subsídios distorcivos dentro do limite de US\$ 19,1 bilhões acordado com a OMC. 'Mas se os preços caírem, os subsídios vão crescer muito e estarão sujeitos a vários painéis na OMC', diz André Nassar, presidente do Icone. Para ele, a lei é mais um motivo para o Brasil contestar os subsídios do milho na OMC, tal como o Canadá está fazendo.

O Senado deve apresentar sua versão da Lei Agrícola em outubro e pode tentar destinar mais dinheiro para conservação. Mas não se esperam grandes mudanças nos

subsídios distorcivos. O Presidente Bush prometeu vetar a lei, mas muitos acreditam que o custo político desse veto seria muito grande.

'Eu não apostaria nisso', diz Thompson. 'Nunca uma lei agrícola foi vetada por um presidente.' O jornal The Wall Street Journal descreveu a luta para reduzir os subsídios agrícolas como 'uma versão doméstica da paz entre Israel e a Palestina'.

**'O México vai se aproximar do Mercosul'** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/08/2007

Entrevista - Patrícia Espinosa: chanceler do México

Em sua visita ao México, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontra um governo disposto a seguir o caminho do Chile. Ou seja, o México quer ampliar aos poucos os seus acordos comerciais com os sócios do Mercosul e garantir a vaga que pretende de membro associado do bloco. Essa tática foi exposta pela chanceler do México, Patrícia Espinosa, para quem as resistências à negociação de um acordo de livre comércio entre seu país e o Brasil esbarram sempre nas sensibilidades mexicana na área agrícola e brasileira no setor de serviços.

Em entrevista ao Estado, Espinosa deixou claro que as relações entre as duas maiores economias da América Latina não podem continuar na inércia e que o encontro de hoje entre os presidentes Lula e Felipe Calderón vai mudar o sentido dessa convivência. A aproximação deverá se assentar em um memorando na área de energia, que envolverá os biocombustíveis, e uma parceria entre a Petrobrás e a Pemex. A seguir os principais trechos da entrevista.

**Há uma enorme resistência, no México, à negociação do livre comércio com o Mercosul, gerada pela sensação de que os acordos anteriores não trouxeram os benefícios esperados. O México, entretanto, insiste em tornar-se membro associado do bloco, o que exigiria a assinatura de um acordo de livre comércio. Como o governo Calderón pretende contornar essa contradição?**

Eu colocaria as coisas na ótica contrária. O México é uma das economias mais abertas do mundo, tem o maior número de acordos de livre comércio. Mais que uma resistência a negociar, temos uma diferença de enfoque com o Mercosul sobre como devem ser os acordos. Para o México, são acordos mais amplos que na concepção do Mercosul. Isso dificultou o início das negociações.

**A dificuldade não estaria na resistência do México à abertura de seu mercado agrícola aos produtores do Mercosul?**

É claro para os países do Mercosul e para o México que os produtos agrícolas é um ponto sensível das negociações. Mas a outra parte sensível, para o Mercosul, é o setor de

serviços. Para iniciar uma negociação, temos de chegar a um acordo sobre os temas que estarão envolvidos. Isso ainda não ocorreu.

**O Mercosul poderia abrir uma exceção ao México e dar-lhe o status de membro associado apenas com os acordos de preferência tarifária já celebrados?**

Conversamos com nossos colegas do Chile, que também é uma economia muito aberta e se tornou membro associado do Mercosul. Os chilenos nos sugeriram seguir seu exemplo, de integrar os diferentes acordos que firmou com cada sócio do Mercosul. O México tem acordos de diferentes naturezas com os membros do Mercosul. Com o Uruguai há um acordo de livre comércio. Com Argentina, Brasil e Paraguai, o México firmou apenas acordos de preferência tarifária.

**Esse tema estará nas conversas entre os presidentes Calderón e Lula?**

Esse tema sempre está na agenda. O presidente Calderón está muito interessado em ouvir, da boca do presidente Lula, uma avaliação da situação do Mercosul neste momento e de seus objetivos. Essa avaliação ajudará ao México definir o que vai fazer em relação ao Mercosul. O que está claro é nossa vontade de continuar atuando de maneira muito próxima ao Brasil e ao Mercosul e de mostrar que os governantes da América Latina podem identificar pontes para trabalhar seus desafios comuns.

**Pegou mal no governo brasileiro a decisão do México, do Chile e de outras nações em desenvolvimento de apresentar uma proposta na Rodada Doha de corte de 60% nas tarifas industriais. A iniciativa não causou mais problemas do que soluções?**

As posições do México são derivadas de como vemos os nossos próprios interesses. Nesse caso, a economia mexicana é tão aberta que podemos acompanhar uma posição de maior abertura. Consideramos que isso poderia ajudar a dar mais impulso às negociações, a abrir uma avenida para continuar o diálogo. Esse não será, necessariamente, o resultado das negociações.

**As relações Brasil-México permaneceram em estado de dormência nos últimos quatro anos e foram contaminadas pelas rivalidades dos dois países. É o momento de mudar esse quadro?**

Desde o primeiro dia de sua administração, o presidente Calderón tem sido claro na sua vontade de aproximar mais o México e os outros países da América Latina.

**O México realmente está empenhado em uma parceria com o Brasil na área de biocombustíveis?**

Esse tema foi tratado nas últimas conversas dos presidentes Lula e Calderón. Assim como o Brasil, o México tem uma economia com demanda crescente de energia, mas nossas reservas comprovadas de petróleo estão diminuindo. Dependemos durante muito tempo do petróleo e, agora, a administração Calderón está muito concentrada em buscar

fontes alternativas e melhores práticas de eficiência no uso da energia. Queremos o apoio do Brasil.

### **A cooperação energética parece ser o novo eixo das relações bilaterais. Mas há outras áreas de interesse especial do México?**

A reunião da Comissão Bilateral Brasil-México, em março, deixou claro o objetivo de dar um conteúdo amplo à agenda. Depois das conversas entre os dois presidentes, haverá a assinatura de vários acordos que exemplificam a diversidade das relações bilaterais. Entre eles, o acordo sobre assistência jurídica mútua, que é de especial relevância para nós porque tem a ver com a luta do governo mexicano contra o crime organizado. Infelizmente, Brasil e México partilham desta ameaça.

#### **Quem é: Patrícia Espinosa**

É chanceler do governo do presidente mexicano, Felipe Calderón

Nasceu na Cidade do México em 21 de outubro de 1958 e tem dois filhos

Possui bacharelado em Relações Internacionais pelo Colégio do México e pós-graduação em Direito Internacional pela Universidade Instituto de Estudos Avançados em Genebra

### **CNI propõe corte de tarifas do Brasil e México - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/08/2007**

Durante a visita do presidente Lula ao México, industriais pedem corte de 30% nas tarifas de importação de 8 mil produtos negociados pelos dois países

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) vai propor hoje corte mínimo de 30% nas tarifas de importação aplicadas aos cerca de 8 mil produtos do comércio entre México e Brasil que não fazem parte de acordos já celebrados. Para os 796 itens do Acordo de Preferências Tarifárias (ACE 53), firmado entre os dois países em 2002, a CNI vai sugerir a ampliação do acesso aos mercados, com corte adicional de 20% nas alíquotas de importação.

A CNI pretende propor também que o México substitua produtos importados de outros países pelos concorrentes brasileiros, em especial os têxteis e eletroeletrônicos, e que Brasil adote o mesmo sistema em relação aos fornecedores mexicanos. As propostas serão apresentadas na reunião do Conselho Empresarial Brasil-México como base para as negociações sobre a ampliação do ACE 53, considerado limitado pela CNI, e como

alternativa à resistência mexicana em discutir acordo de livre comércio com os brasileiros. As idéias serão entregues aos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Felipe Calderón.

'É possível dobrar o comércio bilateral e alcançar US\$ 10 bilhões. Para isso, precisamos ser competitivos e ágeis na ampliação do acordo que temos com o México', afirmou ontem o presidente da CNI, deputado Armando Monteiro Neto (PMDB-PE). 'Senão, vamos perder oportunidades.'

Em artigo no jornal El Universal, do México, Lula insistiu que os números de comércio e investimentos bilaterais são 'pequenos' e que a ampliação do ACE 53 'é um passo alentador' para a diversificação dos intercâmbios entre empresas dos países.

Em defesa da integração da América Latina, o presidente deu uma estocada em seu mais celebrado parceiro na área de biocombustíveis, os Estados Unidos. 'Não precisamos de muros. Precisamos de rodovias, gasodutos, linhas de transmissão. A verdadeira integração faz com que não apenas as mercadorias e os serviços circulem livremente, mas também as pessoas e as idéias', afirmou.

Dados da CNI mostram que a corrente de comércio Brasil-México já havia passado de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 5,7 bilhões entre 2002 e 2006. O superávit brasileiro saltou, no período, de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 3,1 bilhões. Mas o impacto do ACE 53 foi mínimo. Maior expressão teve o ACE 55, que reduziu as tarifas de importação no comércio bilateral automotivo e gerou o compromisso de total liberalização do setor até 2020. Dos embarques para o México em 2006, 54% foram de automóveis.

Para o Itamaraty, a ampliação do ACE 53 envolverá negociação mais complicada que a de um acordo de livre comércio. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, advertiu que a negociação setorial tende a levantar mais sensibilidades e nem sempre é suscetível a argumentos de ordem política.

Para ele, o Mercosul não teria existido se os governos não tivessem dado o salto para a negociação do livre comércio. 'Com o México, acontece algo similar. Do ponto de vista político e econômico, para o Brasil e o Mercosul, interessaria sim ter um acordo de livre comércio com o México. Mas há sensibilidades demais.'

**VISITA** - O presidente Lula chegou à Cidade do México às 20h20 de ontem, no horário de Brasília. O país é o primeiro no roteiro pela América Central e Caribe, que vai até o dia 10 e inclui a primeira visita de um presidente brasileiro à Nicarágua, à Jamaica e a Honduras.

Com Amorim e os ministros de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e de Agricultura, Reinhold Stephanes, Lula vai oferecer um pacote de bondades na área agrícola ao México, incentivará a cooperação energética nos campos petrolífero e de biocombustíveis e tentará afastar as pendências diplomáticas que minaram a aproximação entre as duas maiores economias da América Latina.

**Venezuelano nega ter dado ultimato até setembro para que bloco aprove sua adesão - Declarações na TV ocorrem na véspera de viagem à América do Sul; embaixador diz que governo brasileiro fará "todos os esforços"**

Na véspera de iniciar uma turnê pela América do Sul, o presidente Hugo Chávez negou que tenha dado um ultimato aos Congressos brasileiro e paraguaio para entrar no Mercosul e disse que esperará "um pouco mais" a aprovação do ingresso da Venezuela no bloco.

"Que ultimato vou dar ao Congresso do Brasil ou ao do Paraguai, que são entidades soberanas?", disse Chávez, durante o programa semanal "Alô Presidente", que ontem contou com a presença de vários embaixadores da região, entre os quais o brasileiro, João Carlos de Souza-Gomes.

Em 3 de julho, Chávez disse que esperaria até setembro para que os Congressos do Brasil e do Paraguai aprovassem a entrada no Mercosul, do contrário retiraria a solicitação. No mesmo dia, chamou de "impertinente" a sugestão do chanceler Celso Amorim de que era necessário um "gesto positivo" do presidente venezuelano para o Congresso. Ontem, Chávez disse que "poderíamos esperar um pouco mais" para a aprovação nos dois países e que esse prazo era para a própria Venezuela, e não para os dois Parlamentos. "É como tocar a porta de um vizinho. Você vê que tem gente dentro, a luz está acesa, tem um ruído, e não lhe abrem", comparou Chávez. "Então chega um momento em que você diz: "essa gente não me quer", você se retira, verdade?"

No final, Chávez cedeu a palavra aos embaixadores. O brasileiro Souza-Gomes prometeu que "o Executivo brasileiro desenvolverá todos os esforços de forma a atuar no Congresso em favor do ingresso rápido da Venezuela ao Mercosul". Colaboradora de Chávez na campanha no referendo de 2004, a representante argentina em Caracas, Alicia Castro, ressaltou que o Parlamento da Argentina já aprovou a entrada da Venezuela no Mercosul e disse que "o processo revolucionário é um farol que inspira, ilumina e que compromete os revolucionários e revolucionárias do mundo inteiro". A crise entre Chávez e o Congresso brasileiro começou no início de junho, quando o Senado aprovou um requerimento exortando Caracas a rever a decisão de não renovar a concessão do canal opositorista RCTV. Em resposta, o venezuelano chamou o Senado de "papagaio de Washington".

Hoje, Chávez inicia uma viagem por quatro países da região, incluindo Argentina e Uruguai, os dois países do Mercosul cujos Parlamentos já aprovaram a entrada da Venezuela no bloco. Ele visitará também a Bolívia e o Equador.

O itinerário incluirá um encontro com os colegas Néstor Kirchner e Evo Morales na Bolívia, onde deverão ser assinados acordos energéticos.

Iniciado por volta de 11h locais (1h a menos que Brasília), o "Alô Presidente" de ontem, gravado no Palácio Miraflores, durou até 19h15, sem intervalo. Segundo o próprio Chávez, que falou a maior parte do tempo, foi um recorde de duração.

**México quer Brasil em Alca sem EUA** Sergio Leo – Valor Econômico – Opinião - 06/08/2007

O México quer se aproximar dos países da América Latina, e começou a consultar os maiores da região sobre a possibilidade de uma negociação regional, uma espécie de Área de Livre Comércio das Américas (Alca) sem Estados Unidos ou Canadá, como definiu um importante diplomata argentino que tratou do tema com autoridades mexicanas, durante a visita ao México do presidente Néstor Kirchner, na sexta-feira. O governo brasileiro já foi informado de que deve receber essa sondagem, na visita de Luiz Inácio Lula da Silva ao México, nesta semana.

"É perfeitamente razoável", comentou, para o Valor, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que confirmou ter notícia do interesse mexicano em retomar negociações para um futuro acordo de livre comércio regional. "Já existe uma base, uma resolução aprovada pelos membros da Aladi (Associação Latino-Americana de desenvolvimento e Integração) com o compromisso de buscar um espaço econômico comum".

Em entrevista ao Valor, por meio eletrônico, ainda antes da visita de Kirchner e Lula, o ministro da Economia do México, Eduardo Sojo, reiterou que seu país está interessado em "participar como membro associado" do Mercosul, e que o governo mexicano, "muito interessado" em ampliar a liberalização do comércio entre as duas maiores economias latino-americanas, pretende buscar "todas as modalidades possíveis" para ampliar o acordo de reduções tarifárias existente entre o México e o Brasil. A visita de Lula ao México é "de vital importância para o México", garante o ministro.

O acordo comercial existente, chamado ACE 53, tem um número limitado de produtos com menores tarifas no comércio entre os parceiros e há resistências do setor agrícola mexicano e de indústrias brasileiras, como a de eletroeletrônicos, para sua expansão ou transformação em acordo de livre comércio. "Serão os próprios setores empresariais que recomendarão quais produtos e setores serão incluídos nas negociações" de ampliação do acordo, diz o ministro Sojo.

O interesse na aproximação com o Brasil provoca uma reação enfática do ministro mexicano quando lhe perguntam sobre a disputa entre México e Brasil nas negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio - onde o México e aliados como Colômbia e Chile reivindicam maior abertura para o comércio de bens industriais, contra a posição defensiva de Brasil, Índia, Argentina e outras nações em desenvolvimento. "De nenhuma maneira", diz Sojo. Os laços históricos entre os dois países "impossibilitam ver-nos como adversários", diz.

---

**"É bastante razoável", disse Celso Amorim**

---

"Temos trabalhado conjuntamente como membros do G-20", garante o ministro, referindo-se ao grupo de países em desenvolvimento favoráveis à maior abertura dos mercados agrícolas. Brasil e México tentam, juntos, criar pontos de convergência e

aproximar "posições extremas", argumenta. Amorim, conciliador, também evita polemizar, e fala até em buscar alguma fórmula para permitir maior integração do México ao Mercosul, já que a condição de membro associado só é possível a países com quem o bloco já tenha acordo de livre comércio.

"O México já é observador em nossas reuniões, podemos pensar em uma categoria de observador especial, uma maior institucionalidade a essa participação", especula Amorim. Na visita ao México, Kirchner chegou a defender o ingresso do México no Mercosul, idéia impossível porque exigiria que o país abandonasse o Nafta, acordo de livre comércio com EUA e Canadá. Mas o convite foi visto na comunidade internacional como gesto político de Kirchner, no esforço de maior aproximação com um dos governos mais à direita no espectro político regional.

O ensaio de acercamento do México com os latino-americanos, na tentativa de vencer a imagem de satélite dos Estados Unidos, é evidente, e faz com que o ministro da Economia faça questão de falar também da agenda política bilateral. "Brasil e México estão convocados a desempenhar um importante papel na construção de uma ordem internacional mais justa, pacífica e segura, fincada no multilateralismo", discursa Sojo, que defende "ações conjuntas em fóruns internacionais".

Ele dá como exemplo a questão climática. "Já começamos conversas para troca de experiências para enfrentar a mudança climática, reduzir a emissão de gases que provocam efeito estufa, aproveitar energia renováveis e produzir e usar biocombustíveis". O México apóia o esforço brasileiro de criação de padrão único para o etanol e quer usar o memorando de cooperação em bioenergia, que prevê ação conjunta no setor.

No campo comercial, ainda, segundo Sojo, "uma área de grande oportunidade" é o setor de serviços, que representa 66% da riqueza do país e 60% dos empregos. "Tanto México quanto Brasil temos desenvolvido empresas fortes na exportação de informática, software, consultoria, construção, turismo e telecomunicações", exemplifica, ao prever mais investimentos no setor. O México, lembra, já tem investimentos superior a US\$ 15 bilhões no Brasil, o mais recente, de US\$ 400 milhões, pela Femsal, fabricante da cerveja Sol.

Por enquanto, os dois países só capricham em manifestações de boa vontade, que coincidem com uma aparente guinada ao exterior por parte também da Argentina. A mais forte candidata à sucessão de Kirchner, sua mulher, Cristina, é vista como mais interessada em temas internacionais - ainda que a competência da candidata seja uma incógnita, alimentada pelo assessores que a protegem de contatos potencialmente reveladores com a imprensa. A visita de Kirchner ao México foi vista por diplomatas da região, porém, como um importante indício de mudança na introvertida política externa argentina.

A idéia de aproveitar a Aladi como base para um acordo ainda terá de superar obstáculos como a resistência interna nos países e a heterogeneidade desse arranjo regional, que tem a comunista Cuba entre seus integrantes. É, no entanto, uma novidade na agenda regional, onde a agitação do presidente venezuelano Hugo Chávez tem tido mais êxito em impor os temas de discussão. **Sergio Leo é repórter especial e escreve às segundas-feiras [sergio.leo@valor.com.br](mailto:sergio.leo@valor.com.br)**



Não perguntem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por que ele foi ao México, se não quiserem ouvir uma resposta digna de Cantinflas. Ele só poderá responder com uma enrolação sobre a amizade dos povos latino-americanos ou sobre o grande potencial de cooperação entre o Brasil e o México. Mas esse potencial, depois de seu encontro com o colega mexicano Felipe Calderón, continuou tão pouco explorado quanto antes. Raras vezes na história da América Latina dois chefes de governo terão tido uma conversa tão pobre de assuntos e de conseqüências práticas. O presidente brasileiro deixou o México com uma só novidade valiosa na bagagem, o Colar da Ordem da Águia Asteca, uma condecoração protocolar.

Não se deu nenhum passo concreto para ampliar o acordo de complementação econômica assinado em 2002. Empresários brasileiros e mexicanos participaram de encontros com os dois presidentes e foram exortados a recorrer à imaginação para expandir os investimentos e as trocas. Lula os desafiou a mostrar ousadia. Mas empresários não precisam de exortações como essa. Ganhar dinheiro é a sua especialidade e eles têm procurado oportunidades para investir e aumentar o comércio. Falta os governos negociarem condições mais amplas de integração - e isso não foi feito.

O governo e os empresários mexicanos têm interesse objetivo em maior aproximação com os mercados sul-americanos. O Brasil, disse o presidente Calderón, pode ser uma porta para o Mercosul. Foi um comentário um tanto retórico, poucos dias depois de uma visita do presidente argentino, Néstor Kirchner. Mas o Brasil poderia ser o ponta-de-lança de uma aproximação maior. A etapa final seria um acordo de livre-comércio entre México e Mercosul.

O México não poderia integrar o bloco, pois Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai compõem uma união aduaneira. Os mexicanos não teriam como participar dessa união, adotar a tarifa externa comum e continuar como sócios do Nafta, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte. Apesar desse limite, as possibilidades de integração comercial seriam consideráveis.

Falou-se numa idéia mexicana de formar uma Alca (Área de Livre Comércio das Américas) sem Estados Unidos e sem Canadá. O chanceler brasileiro Celso Amorim classificou a sugestão como “perfeitamente razoável”. Mas essa proposta só pode fazer sentido, em termos pragmáticos, para os mexicanos, pois eles já têm um acordo de livre-comércio com outras economias da América do Norte. Uma Alca digna desse nome existiria para eles e para alguns outros países, como o Chile, mas não para o Brasil, a Argentina e vários outros países sul-americanos. No mundo de fantasia de alguns gênios estrategistas do governo petista, esse arranjo seria quase perfeito.

Também não houve progresso importante no plano da colaboração na área energética. Houve um vago entendimento para cooperação tecnológica entre Petrobrás e Pemex, a estatal mexicana do petróleo - tudo com muito cuidado para não ferir o regime de monopólio vigente no México. Mencionaram-se, além disso, vagas idéias de cooperação

em agricultura e no setor de biocombustíveis. O etanol pode interessar principalmente à Cidade do México, uma das mais poluídas do mundo.

Nenhum desses assuntos, especialmente nesse estágio de conversação, justifica um encontro de presidentes. A falta de assunto e de sintonia foi quase constrangedora. O presidente mexicano já havia conversado com o argentino Kirchner sobre a ocupação rotativa de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Não poderia, portanto, ser frutífera nenhuma conversa entre Lula e Calderón sobre a ambição brasileira de ocupar uma cadeira permanente no Conselho. O embaraço dos dois ficou evidente quando surgiu uma pergunta sobre o assunto numa entrevista coletiva.

Apesar da falta de assunto, o presidente Lula, como de costume, pôs o texto de seu discurso de lado e desembestou a falar no jantar oferecido na segunda-feira à noite pelo governo mexicano. Em seu entusiasmo, chamou o colega de Caldeirão pelo menos duas vezes e celebrou a substituição da Europa e dos Estados Unidos pela América Latina no coração dos novos governantes da região. O salão estava cheio de empresários mexicanos e brasileiros. Aqueles dirigem 75% de suas exportações aos Estados Unidos. Estes vivem bradando por maior acesso ao mercado americano. Diante de quem Lula imaginava estar discursando?

### **Há saída para o fracasso de Doha** - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/08/2007

Os deputados americanos aprovaram projeto que, confirmado no Senado, como indica que será, enterra qualquer acordo sobre a liberalização comercial em discussão há 6 anos. Doha morreu e só nós acreditamos ainda na sua ressurreição. Não há acordo para liberalizar o comércio agrícola e, agora, nem industrial. Está como eles querem.

Toda a imprensa falou demais, culpando os parlamentares americanos de manterem os subsídios aos seus agricultores, até mesmo para os milionários. Mas não é culpa deles. No fundo, é isso o que o governo também quer; só está sendo mais sutil. Pois não foi a negociadora comercial, Susan Schwab, que afirmou, ainda em plena negociação multilateral de Doha, estar 'orgulhosa' por Bush ter adotado a sua tese em favor do bilateralismo? 'É esse o caminho', declarou ela.

Os parlamentares foram apenas atrás dessa 'dica'. Vamos proteger o nosso pobre agricultor milionário, devem ter dito, afastar acordos que nos obrigam a ceder muito, e vamos conversar, um a um, como fizemos com a Coreia do Sul. Afinal, não contam eles com o apoio silencioso do governo Bush?

MAS, O QUE PODEMOS FAZER? Nem todos os caminhos levam a Doha, ou estão fechados. Ao contrário, abrem-se outros para o Brasil. O Instituto de Estudos do

Comércio e Negociações Internacionais (Icône) acaba de realizar um levantamento mostrando que os países em desenvolvimento são o maior mercado para a agricultura brasileira. A coluna teve acesso ao documento e ouviu o seu novo diretor geral, André Nassar.

'Nós constatamos que, em 2006, o Brasil destinou 53% de suas vendas agrícolas para esses países, principalmente para a China, Rússia e o Oriente Médio. Essa verdadeira guinada está tendo profundo reflexo nas negociações agrícolas da Rodada de Doha, em que o Brasil tem papel de destaque como líder do G-20, juntamente com a Índia', afirma André Nassar.

O setor privado agrícola do Mercosul está preocupado com as flexibilidades que os países emergentes do G-33 já conseguiram na Rodada Doha. Além de uma redução tarifária muito menor do que a dos países desenvolvidos, eles ganharam o direito a uma auto-seleção de produtos especiais e a aplicar salvaguardas, o que obedecerá a três critérios: segurança alimentar, dos meios de subsistência e desenvolvimento rural.

'Para o agronegócio do Mercosul, esses critérios não são compatíveis com os princípios de transparência e monitoramento do sistema multilateral de comércio dada a sua complexa aplicação', afirma Nassar. E esclarece: 'Quaisquer movimentos protecionistas nos países em desenvolvimento terão profundas implicações no comércio Sul-Sul. Os países do Mercosul, que estão entre os mais competitivos nas exportações agrícolas, em 2006 destinaram 66% de suas vendas para o mundo em desenvolvimento'.

**COMÉRCIO MERCOSUL-ÁSIA** - Este novo enfoque consta de estudos coordenados pela equipe técnica do Icône no contexto de um projeto com a Fundação Hewlett, que visa à formação de uma rede de pesquisas sobre a agricultura em 9 países: Brasil, Argentina, Chile, China, Índia, Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia. Trata-se de importantes países sul-americanos exportadores agrícolas e grandes importadores asiáticos. Os resultados, que aqui apresentamos em parte, serão debatidos, pela primeira vez, no Seminário da Asia-Latin America Research Network (Alarn), no dia 29 de agosto, em São Paulo. Será um evento técnico de grande importância para começar a abrir espaço para novas negociações entre os blocos.

**DÁ PARA CRESCER MUITO** - Esse grupo de nove países responde por 30% do PIB agrícola mundial, 50% da população do mundo, 34% da área agricultável e 16% das exportações. 'A importância da integração de pesquisas é que esses países, do ponto de vista da produção, do consumo e comércio têm se destacado cada vez mais em esfera global. Há uma grande complementaridade potencial de crescimento de comércio entre esses dois blocos de países - a América do Sul e o Leste da Ásia', diz Fabio Chaddad, especialista em economia agrícola e professor do Ibmecc.

Chaddad, que fez uma análise cruzada dos nove estudos, afirma que 'existe um grande potencial de crescimento do agronegócio brasileiro nos próximos anos, baseado principalmente no crescimento de exportações'. 'E isso estaria ligado ao crescimento do consumo de alimentos nos países em desenvolvimento, principalmente China e Índia.'

**ALIMENTAÇÃO MUDA** - A mudança do padrão de consumo de países asiáticos é um fato novo registrado pelos pesquisadores do Icone. 'Veja o caso do leite. Há poucos dias, uma tonelada de leite em pó, que custava US\$ 2 mil, chegou a ser vendida a US\$ 5 mil. Fala-se numa acomodação desse mercado ao redor de US\$ 4 mil. Isso acontece porque há um crescimento do consumo de lácteos ligado à diversificação da dieta nos países emergentes. Abrem-se novas perspectivas para a carne e produtos lácteos do Brasil, Argentina e Uruguai, que passarão a exportar mais para aqueles países asiáticos', diz Chaddad.

**Tabaré quer Chávez no Mercosul. Logo** - Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 09/08/2007

Presidente uruguaio diz que ingresso da Venezuela como sócio pleno do bloco 'beneficiará a região'

O presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, ratificou ontem sua intenção de que a Venezuela consiga a aprovação formal para tornar-se a quinta sócia plena do Mercosul. O anúncio foi realizado em Montevideu, após uma reunião com o presidente venezuelano Hugo Chávez. 'Somos muito favoráveis ao ingresso da Venezuela', afirmou Vázquez, um socialista moderado que chegou ao poder em março de 2005.

A entrada da Venezuela foi aprovada no ano passado pelos Parlamentos do Uruguai e da Argentina. No entanto, ainda falta a aprovação dos Congressos do Brasil e do Paraguai.

A entrada no Mercosul encontrou obstáculos no Senado brasileiro. O conflito começou quando os senadores criticaram o fechamento do canal de Televisão RCTV por ordens de Chávez. O presidente venezuelano, pouco aberto às críticas, atacou o Senado do Brasil, acusando-o de ser um 'filhote' do governo do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

Se não bastasse o revés nessa frente de combate, Chávez deparou-se com dificuldades também no Paraguai. Lá, a aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul empacou no Congresso.

Segundo Vázquez, a Venezuela deve entrar no Mercosul 'o mais rapidamente possível, pois vai beneficiar a região'. Chávez afirmou que a entrada da Venezuela foi o resultado de um acordo entre os presidentes dos quatro países do bloco. Mas ressaltou que, nos parlamentos, 'houve um esfriamento inexplicável' da aprovação.

Primeiro, relativizou: 'São coisas do caminho, ossos do ofício. Acho que é um leve atraso, pois existe a mais firme vontade...o Brasil disse isso, por meio do chanceler Celso Amorim, que deve ir em breve à Venezuela, na semana que vem.'

Depois, foi mais duro: 'Esse atraso já é um pouco incômodo', afirmou. Finalmente, encontrou um culpado - o de sempre: 'Os Estados Unidos são os responsáveis...são a maior ameaça mundial... (George W. Bush) é o Conde Drácula do planeta!'

**DIVISÕES** - Apesar das declarações de apoio de Vázquez, o governo uruguaio está dividido sobre o ingresso da Venezuela no bloco.

Recentemente, o ministro da Economia do Uruguai, Danilo Astori, afirmou que o 'estilo de confronto' de Chávez era um 'aspecto preocupante' para o Mercosul. Segundo Astori - freqüentemente citado como eventual sucessor de Vázquez -, a entrada da Venezuela chavista no bloco poderia 'provocar problemas' na negociação de acordos comerciais com terceiros.

O Uruguai e a Venezuela assinaram um Acordo de Segurança Energética durante a visita de Hugo Chávez a Montevideú. Em troca, o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, se comprometeu a fazer todos os esforços possíveis para que a Venezuela seja incorporada como membro pleno do Mercosul.

Segundo Chávez, o acordo solucionará a falta de petróleo do Uruguai 'pelo resto do século'. A parceria prevê que a Venezuela fornecerá petróleo ao Uruguai e a participação da refinaria uruguaia Ancap na exploração de uma parte das reservas da Faixa do Orinoco. Nessa tarefa, terá a parceria da estatal venezuelana de petróleo PDVSA e da Enarsa, da Argentina.

### **Rodada de Doha pode fracassar se não for fechada este ano, diz presidente da Comissão Européia – Cássia Almeida – 10/08/2007**

Se as negociações não se concretizarem até o fim do ano, a Rodada de Doha está fadada ao fracasso, na opinião de José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Européia, ao fazer palestra nesta sexta-feira na Fundação Getulio Vargas (FGV), sobre a parceria estratégica entre o Brasil e a União Européia.

- Os próximos meses serão críticos para a Rodada. Se não conseguirmos chegar a um acordo agora, provavelmente não o conseguiremos nos próximos anos.

Mais do que uma oportunidade perdida, temo o impacto negativo no sistema multilateral de comércio e o crescimento do protecionismo, de que vemos sinais preocupantes em alguns países-chave. Ao responder sobre o protecionismo europeu em relação aos produtos agrícolas, Durão Barroso afirmou que a crítica não é justa. Citou que 37% das exportações agrícolas do Brasil vão para o União Européia e que as importações do Continente Europeu de carne bovina brasileira aumentaram 114%:

- Cerca de 67% das exportações brasileiras de agrícolas não para taxas.

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

### **Discurso sobre etanol causa polêmica – O Globo – O País – 11/08/2007**

Em resposta a Lula, FH diz: quem entende de álcool é ele, não eu

CIDADE DO PANAMÁ. Depois da homenagem, o presidente Lula falou rapidamente com os jornalistas brasileiros e mostrou-se irritado, sobretudo, com notícias de seu discurso de anteontem, durante seminário sobre etanol na Jamaica.

Na ocasião, embora sem se referir diretamente ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas dando a entender de que se tratava do governo anterior, Lula afirmou que os usineiros eram tratados anteriormente como marginais.

— Os empresários que estão aqui sabem que muitas vezes foram tratados como marginais porque o governo tinha vergonha de discutir com eles. Agora, os empresários que produzem álcool no Brasil estão crescendo muito e virando personalidades internacionais — discursou o presidente.

#### **“Mentiu quem disse que eu falei do Fernando Henrique”**

O ex-presidente Fernando Henrique, sentindo-se atingido, disse ao “Estado de S.Paulo”, que quem entendia de álcool era o presidente Lula, e não ele.

Ao ser perguntado sobre esse comentário, o presidente Lula se irritou e disse que não queria dar continuidade ao entreviro: — Eu não queria falar sobre isso. Porque, primeiro, mentiu quem disse que eu falei do Fernando Henrique. A palavra correta é: mentiu quem disse que eu citei o nome do Fernando Henrique Cardoso na entrevista. Eu citei períodos. Pois é, eu poderia ter pegado o Geisel, poderia ter pegado o Collor, poderia ter pegado o Itamar, poderia ter pegado o Sarney — disse o presidente.

E concluiu: — Não está na minha boca o nome de nenhum presidente da República, não citei nenhum nome, nem de presidente, nem de ministro, e nem um período. Eu citei a história da política de construção do Proálcool no Brasil e fui muito claro.

O repórter Chico de Gois viajou trechos na América Central em avião da Força Aérea Brasileira, devido à falta de vôos comerciais regulares na região

### **Brasil ataca etanol dos EUA na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2007**

Queixa é contra os subsídios agrícolas, mas o centro do debate é o milho, de onde se extrai o combustível

Genebra - O Brasil inicia uma disputa que poderá minar os mecanismos que permitem a produção do etanol nos Estados Unidos. Na semana que vem, o Itamaraty e a Casa Branca fazem a primeira reunião sobre a queixa do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios agrícolas dos EUA.

Um dos principais temas será o programa de subsídios à produção de milho destinada ao etanol. Nos EUA, um número cada vez maior de políticos que querem chegar à Casa Branca em 2008 se declaram a favor do etanol. Mas pesquisas alertam que o interesse desses candidatos se baseia na estratégia de agradar ao lobby dos produtores de milho, que querem novos subsídios nos próximos anos em troca de votos.

A decisão do governo brasileiro foi a de atacar todos os subsídios americanos, principalmente, diante da falta de avanços na rodada de negociações da OMC. Além do milho, a ajuda ao algodão, açúcar, soja e outros produtos serão alvo do bombardeio. O caso foi inicialmente aberto pelo Canadá contra os americanos, mas já conta com outros interessados, entre eles a Índia.

Se o centro da disputa são os subsídios agrícolas, a realidade é que a guerra acabará contestando a base da produção americana de etanol, ainda que Brasília e Washington tenham, no início do ano, estabelecido uma parceria estratégica para promover o biocombustível no mundo.

Segundo a Global Subsidies Initiative, os americanos destinam ao etanol subsídios de até US\$ 7,3 bilhões por ano, tanto na forma de recursos para a produção como em incentivos fiscais. “Parte desses subsídios é a ajuda que os produtores de milho recebem”, afirma um especialista da entidade.

“Se o Brasil contesta os subsídios ao milho, inevitavelmente está atingindo a produção de etanol nos Estados Unidos “, afirma a organização.

O Itamaraty afirmou, ao Estado, estar consciente do impacto que sua contestação terá para a produção de etanol nos Estados Unidos. O que o Brasil alega é que o volume de subsídios dado pelos americanos ao milho já ultrapassou o teto estabelecido pelas regras da OMC e nos próprios compromissos da Casa Branca assinados nos anos 90.

O questionamento ocorre em um momento importante no debate sobre o futuro dos subsídios nos próximos quatro anos nos Estados Unidos. O Congresso americano está votando o assunto e várias propostas foram apresentadas sobre o futuro do apoio aos produtores de milho.

Se a reunião da próxima semana não chegar a um entendimento, o Brasil deverá, então, pedir que árbitros internacionais julguem as práticas americanas diante das alegações de violações das regras da OMC.

**'Brasil tem de agregar valor ao seu produto'** - Kelly Lima – estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2007

País não pode apenas fornecer matéria-prima, diz Dilma -O Brasil tem de se cuidar para não se transformar em mero fornecedor de matéria-prima para a produção do biocombustível europeu. O alerta foi dado ontem pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em seminário sobre o tema no Rio.

Segundo ela, existe o risco de novas barreiras serem impostas pela União Européia, com objetivo de incentivar a produção própria. “Não é nada interessante para o Brasil que isso aconteça. Temos de agregar valor ao nosso produto”, disse.

Dilma incitou os empresários presentes ao local a “terem em mente que é preciso ao Brasil tomar para si o pioneirismo de regulação sobre biocombustíveis, e não se deixar surpreender pelas barreiras que serão impostas nos próximos anos”.

Em sua apresentação, a ministra frisou a distorção que tem sido criada no mundo todo com a dicotomia entre a produção alimentar e a de energia. No Brasil, disse ela, essas duas produções podem conviver “tranqüilamente”. Ela citou, por exemplo, que apenas 1% da área agricultável no Brasil será ocupada com produção de oleaginosas destinadas ao biodiesel em 2010, e outros 0,8% dessa área serão cultivados com cana-de-açúcar.

A ministra também destacou que não há fundamento na preocupação internacional com relação a desmatamento da Amazônia para a produção de álcool ou biodiesel. “A maior concentração de usinas de álcool e produção de cana está a 2.100 quilômetros da Amazônia. Costumamos lembrar lá fora que é uma distância equivalente ao percurso entre Madri e Moscou”, disse.

Entretanto, a ministra destacou que há necessidade no País de priorizar mais a produtividade do que o volume de produção. No caso do etanol, lembrou, existem várias pesquisas sendo feitas que já obtiveram ganhos significativos nos últimos anos.

**BIODIESEL** - Na área de biodiesel, porém, a maior produção é proveniente do óleo de soja, apesar de o dendê ter produtividade até três vezes maior. “É preciso repensar isso”, afirmou.

Segundo ela, o governo pretende avaliar o primeiro ano de obrigatoriedade da mistura, em 2008, para decidir se antecipa ou não o aumento do percentual exigido de óleo vegetal na composição do diesel, de 2% para 5%.

“Capacidade, pelo que estamos vendo, teremos para abastecer o mercado. Mas a matéria-prima que servirá de fonte para essa produção tem de ser diversificada para garantir confiabilidade e a segurança ao abastecimento.”

#### **Acordos regionais ditam regras, diz OMC** - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 15/08/2007

A Organização Mundial do Comércio (OMC) reconheceu pela primeira vez que a a proliferação de acordos comerciais regionais está delineando as regras futuras das trocas internacionais, incluindo normas sociais, ambientais e outros temas sensíveis.

Em meio a expectativas sobre a combalida Rodada Doha de liberalização do comércio mundial, na qual os países negociam regras para áreas tradicionais, a OMC constata que 215 acordos regionais estavam em vigor ao final de 2006, além de numerosos outros em negociação, com concessões que vão bem além de tarifas ou abertura em serviços.

Só em 2006, 16 novos acordos foram notificados à OMC. A novidade é o ritmo pelo qual vem sendo introduzidas normas "inovadoras" em áreas politicamente sensíveis, como investimentos, concorrência, facilitação de trocas, participação estrangeira nas licitações



feitas pelos governos, propriedade intelectual, comércio eletrônico e, em certos casos, também em regras sobre trabalho e meio ambiente.

Numerosos outros acordos estão em negociação, apoiando-se nessa evolução de regras, de seu campo de aplicação e dos parceiros envolvidos. A OMC não tem dúvidas de que a operações de exportadores e importadores tendem a se complicar mais, com a variedade de regras diferentes para beneficiar quem é membro de determinado bloco e frear a entrada de quem estiver fora.

Nesse cenário, a OMC reconhece sua impotência. Constata que nada pode fazer para estabelecer coerência nesse emaranhado de acordos regionais, que só tendem a aumentar, por causa das "dificuldades institucionais, políticas e jurídicas persistentes" entre seus 151 países-membros.

A Europa é a região que mais tem esse tipo de acordos, com a metade dos que estão em vigor, para garantir preferência a suas empresas. A OMC destaca a "mudança de política" da UE, com seu interesse em negociar novos entendimentos preferenciais com a Índia, a Coreia do Sul e com outros países em forte expansão na Ásia.

Os Estados Unidos não ficam atrás e vêm ampliando a sua rede de entendimentos bilaterais nas Américas e no resto do mundo. O México, igualmente, procura ampliar suas preferências, examinando acordos com Coreia do Sul, Mercosul e Equador. O Chile também é muito ativo.

Os países da Asia-Pacífico afirmam também sua tendência ao regionalismo num "ritmo acelerado", mas de maneira tão complexa que tem tudo para dificultar o comércio com quem estiver de fora dos blocos em negociação. O gigante regional, a China, prepara um acordo com a Índia, no que será a mais importante área de livre comércio do planeta em termos de população - e de potenciais consumidores.

Na Ásia central, sob o comando da Rússia, as iniciativas de integração tentam restabelecer vínculos econômicos que existiam antes da queda do bloco comunista. De todas as regiões do mundo, é basicamente na África que persiste a integração regional tradicional, baseada na proximidade geográfica. Mas a OMC estima que, em todo caso, boa parte dos planos de integração tem ambição "excessiva". Mais em [www.wto.org](http://www.wto.org)

### **O jogo do Mercosul com Chávez - MIRIAM GOMES SARAIVA – O Globo – Opinião – 16/08/2007**

União Européia reluta em acordo com o bloco regional por causa da Venezuela

Desde 2005 que as relações da Argentina com a Venezuela entraram em um novo patamar. Se até então havia ensaios de aproximação e recuos, a partir de outubro deste ano a opção venezuelana se impôs de forma clara.

Mas essa aliança começa a mostrar problemas, e a candidata Cristina Kirchner passa a dar alguns sinais de querer se “desmarcar” desta parceria.

A ascensão de Néstor Kirchner trouxe um novo panorama para a política externa argentina, e a Venezuela passou a ocupar um novo lugar no arco de suas alianças. A ascensão de Lula e Kirchner abriu espaços para a construção de uma parceria mais sólida no campo político entre Brasil e Argentina, mas seria uma aliança ainda a se construir e difícil por se tratar de uma relação assimétrica onde as partes não tinham nem têm claro o peso que cada uma delas pode ocupar.

O governo de Lula assumiu uma política incisiva de construção de uma liderança na região, e essa política proativa entrou em choque com percepções nacionalistas no interior da Argentina que a identificaram como imposição de uma liderança individual do Brasil. Frente a isto, setores da diplomacia argentina buscaram colocar o país como um parceiro alternativo ao Brasil, adotando um perfil próprio na região e desafiando os esforços brasileiros de construção de uma liderança regional autônoma.

Neste contexto, o esforço de Chávez de construir uma aliança regional diferente — a aliança bolivariana — foi visto por setores da diplomacia argentina que temem a ascensão brasileira como uma oportunidade especial de reformular o equilíbrio no interior do Mercosul e da América do Sul em geral. O governo de Hugo Chávez mostrou uma disposição de assumir um papel de paymaster que a diplomacia brasileira vinha evitando.

A Cúpula das Américas (outubro/ 2005) foi o início das relações “estratégicas” entre os dois países. De certa forma, as cartas estavam já dadas, e a entrada da Venezuela no Mercosul, de uma forma particular — onde os direitos políticos antecedem a adequação econômica —, foi acelerada a partir desse momento.

No interior do governo argentino existem diferentes visões do papel da Argentina na América do Sul e diferentes interpretações sobre o papel que o Brasil deve jogar no arco de suas relações exteriores, mas, em termos mais gerais, coincidem propondo um comportamento da Argentina como um Estado barganhador na esfera regional. Nos círculos próximos ao presidente Kirchner, uma “aliança estratégica” com a Venezuela apareceu como um mecanismo equilibrador da liderança brasileira, que aumentaria o poder de barganha da Argentina. A política externa de Kirchner se orienta para conseguir insumos para o desenvolvimento do país, sem cálculos de mais longo prazo. Internamente, Kirchner adotou uma estratégia neodesenvolvimentista, buscando recompor o parque industrial nacional que se refletiu nas percepções do Mercosul.

A aproximação da Argentina com a Venezuela, por um lado, traz algumas vantagens. Mantém as iniciativas de compra de títulos da dívida da Argentina por parte do governo venezuelano; abre a perspectiva de uma integração energética tão premente para a região; e levanta a possibilidade de se estruturar o banco de investimentos para a América do Sul, criando expectativas de avanços econômicos. Mas, por outro lado, cria também problemas e coloca custos para a diplomacia argentina.

Internamente, para corrente mais progressista dentro do governo, que defende o reforço de um Mercosul mais social e político, defende a idéia de se construir uma aliança mais permanente no interior do bloco e identifica a verborragia de Chávez, seu antiimperialismo e enfrentamentos com Brasil como uma dimensão equivocada de um projeto de integração latino-americana. Os desafios de Chávez a certos princípios tradicionais dos regimes democráticos (embora ele tenha sido eleito através do voto) causa mal-estar em parceiros intrabloco (ver o caso do Senado brasileiro) e extrabloco.

Setores empresariais argentinos começam a demonstrar temor que essa aliança afaste do país investidores mais tradicionais. A primeira cúpula entre Brasil e União Européia chamou a atenção. Como motivo para este encontro pode-se apontar o papel ativo que o Brasil vem adotando em temas internacionais, com particular destaque à Rodada de Doha.

Mas a este motivo se somou o problema de Chávez na dimensão política do bloco. A UE não quer dialogar com o Mercosul (com Chávez) enquanto a situação na Venezuela segue como está. O diálogo político UE-Mercosul está então temporariamente travado.

Reunir-se com a diplomacia brasileira pode servir à EU como fórum de discussão da OMC, mas serve também para discutir o Mercosul e como lidar com o governo Chávez.

Desta vez, a Argentina ficou de fora.

Com esse problema na agenda externa, a candidata ao governo argentino, Cristina Kirchner, busca se afastar da figura de Chávez. Não enfrentá-lo nem desprestigiá-lo, já que ele vem mostrando apoio aberto à sua candidatura, e viajou recentemente à Argentina para a assinatura de acordos de cooperação energética e financeira.

Mas busca marcar sua independência e se afastar de suas declarações antiamericanas, dos estragos causados pela entrada ilegal de funcionário venezuelano com mala de dinheiro não-declarado em Buenos Aires, e esvaziar o caráter político da visita de Chávez ao país. Eleitoralmente, esse comportamento deve lhe trazer frutos. Mas, uma vez eleita, sua agenda externa em relação à Venezuela ainda é uma incógnita.

### **Crise leva França a sugerir antecipar reunião do G-7 – O Globo – Economia – 17/08/2007**

Casa Branca vê crescimento, mas não fala de turbulência

PARIS e CRAWFORD, EUA. Em meio a mais um dia de fortes quedas nas bolsas mundiais, o presidente da França, Nicolas Sarkozy — atualmente em férias nos Estados Unidos —, afirmou ontem que não se pode permitir que a “lei da selva” regule os mercados financeiros e pediu mais regulamentação e transparência. Sua ministra da Economia, Christine Lagarde, disse à imprensa que os representantes de Finanças do G-7 (grupo dos sete países mais industrializados) podem antecipar sua reunião, prevista para outubro. Mas ela acrescentou que não acredita que a atual turbulência vá afetar a economia real.

Sarkozy disse acreditar que a economia global, em sua melhor fase em décadas, poderá suportar a crise. E ressaltou que os governos não estão de mãos atadas.

— Tenho um compromisso com a liberdade, mas liberdade não significa a lei da selva — disse Sarkozy à rádio RTL, em Wolfeboro, New Hampshire.

— Sou a favor de uma economia que dá espaço para criadores e trabalhadores, não especuladores. Acho que os Estados não são impotentes em face disso, e devem ser pedidas explicações e impor um mínimo de regras.

França à Alemanha: mercado precisa de transparência O governo francês enviou uma carta à chanceler alemã, Angela Merkel, pedindo que o G-7 estude medidas para melhorar a transparência dos mercados. A Alemanha está atualmente na presidência do bloco. As propostas seriam discutidas em outubro, na reunião

do G-7 em Washington, que contará com a participação do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Christine disse que, se necessário, os ministros de Finanças dos países do G-7 podem se reunir antes: —Em um mundo econômico globalizado, é normal um trabalho conjunto. Se a situação tornar necessária uma teleconferência ou uma reunião, então o faremos. Mas ainda não estamos nesse estágio.

Ressaltando ainda não ver riscos à economia real, Christine ressaltou que a turbulência atual reflete uma normalização que será, no fim das contas, benéfica: — Acho que todos os especialistas concordam em que a atual situação não é uma crise sistêmica, mas antes um brutal ajuste depois de uma sobrevalorização.

Porta-voz de Bush: 'Não cabe a mim comentar mercado' A atitude do governo francês contrasta com o dos EUA. Ontem, a Casa Branca disse confiar no crescimento econômico, mas não deu uma palavra sobre a crise dos mercados.

— Como disse o presidente (George W.) Bush, a economia americana é fundamentalmente sólida, então esperamos que o crescimento econômico continue — disse o porta-voz da Casa Branca, Gordon Johndroe, no Texas, onde Bush está de férias. — Não cabe a mim comentar os movimentos diários do mercado.

**Chávez criará Banco do Sul sem participação do Brasil** – Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo – Mundo – 17/08/2007

**Brasília rejeita o uso de reservas internacionais, como prevê o projeto chavista - Argentina, Bolívia e Equador lançarão com Venezuela a instituição em novembro; Chávez fez anúncio em meio a discurso das reformas**

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, deixou claro que não esperará mais o Brasil para a criação do Banco do Sul. Ontem, ele anunciou que a instituição será criada em novembro tendo como sócios Argentina, Bolívia e Equador, seus principais aliados na região.

"Já acordamos com o presidente [argentino, Néstor] Kirchner, com o presidente [boliviano, Evo] Morales e o presidente [equatoriano, Rafael] Correa em não esperar mais. Em novembro, lançaremos o Banco do Sul em Caracas, onde terá sua sede principal, como um banco para os países do sul", disse Chávez na madrugada de ontem, ao final do discurso em que apresentou a reforma constitucional.

"Nós nos convertemos em um país que financia outros países. Isso é válido e poderia ser o primeiro passo de nossa proposta do Banco do Sul", afirmou Chávez, após mencionar o recente anúncio da compra de US\$ 1 bilhão em bônus da dívida argentina. Os comentários do presidente ocorreram quando ele defendia o fim da autonomia do Banco Central venezuelano, um dos pontos de sua reforma constitucional. Se aprovada -é necessário que seja aprovada pela Assembléia e em referendo-, Chávez passará a administrar diretamente as reservas internacionais do país.

Pela proposta de Chávez, o Banco do Sul será financiado por uma parte das reservas internacionais dos países-membros. No início do mês, ele afirmou que a contribuição venezuelana será metade de suas reservas, hoje de US\$ 27 bilhões.

As reservas internacionais venezuelanas já são na prática controladas por Chávez, que as usa como fonte dos fundos criados por ele para financiar seus projetos. As constantes retiradas fizeram com que as reservas caíssem 26% em 2007.

Segundo disse à Folha um alto funcionário boliviano envolvido nas negociações, a fundação do Banco do Sul pelos quatro países em novembro não significa que o Brasil e

outros países que participaram de reuniões do projeto (Paraguai, Uruguai e Chile) não possam aderir no futuro.

O Brasil tem repetido, porém, que se recusa a entrar em um projeto pronto. O país defende que o desenho do banco seja elaborado por todos e que a nova entidade não seja usada como instrumento político -o contrário da proposta chavista.

### **Motivos para briga – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 20/08/2007**

As disputas comerciais deverão multiplicar-se nos próximos anos, se fracassar a Rodada Doha, têm advertido especialistas em comércio internacional. Se isso ocorrer, a atividade principal da Organização Mundial do Comércio (OMC) poderá consistir na arbitragem de conflitos, pois a cooperação ficará na dependência de acordos bilaterais e regionais. Uma parte dessa previsão já está sendo concretizada, e a situação ficará mais quente, em poucos dias, com a adição de etanol às controvérsias. Enquanto se prolonga o impasse e não se vêem sinais de solução, alguns dos principais atores da rodada trocam a mesa de negociações pelo bate-boca jurídico diante dos juízes da OMC.

O Canadá iniciou recentemente uma ação contra os subsídios à agricultura pagos pelo Tesouro americano. O Brasil aderiu ao processo, como terceira parte interessada. A Índia tomou o mesmo caminho. O interesse brasileiro é uma ampla contestação das subvenções americanas à agricultura. O Brasil já havia ganho uma ação contra os subsídios ao algodão. Brasília acusa Washington de não haver cumprido as determinações da OMC.

No novo processo, o governo brasileiro pretende contestar também a ajuda fornecida aos produtores americanos de milho destinado à fabricação de etanol. O primeiro passo será uma reunião de consulta entre representantes do Brasil e dos Estados Unidos. Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George Bush haviam anunciado, há alguns meses, um plano conjunto de promoção internacional do etanol como combustível não poluente. Essa cooperação deveria incluir auxílio técnico para a produção de álcool em outros países.

Mas a cooperação não incluiria a abertura do mercado americano ao produto brasileiro, muito mais barato que o álcool fabricado nos Estados Unidos. Além disso, não se falou, pelo menos publicamente, sobre a eliminação de subsídios.

Com a contestação do programa americano, a cooperação bilateral no campo do etanol perderá muito de sua dimensão retórica e sua dimensão ficará mais clara. Etanol é um assunto politicamente importante nos Estados Unidos e vem sendo explorado pelos pré-candidatos à eleição presidencial do próximo ano. É irrealista esperar, portanto, a contestação dos subsídios ou do protecionismo por qualquer dos pretendentes à Casa Branca.

Com a aproximação do ano eleitoral, o debate sobre a política agrícola americana, já muito complicado, fica ainda menos promissor para os interesses do Brasil e de outros exportadores de peso. Se aprovado o projeto da nova lei agrícola em tramitação no

Congresso dos Estados Unidos, Washington poderá aumentar os subsídios aos produtores nos próximos quatro anos. Para os congressistas americanos, tudo se passa como se não fosse necessária nenhuma concessão em matéria de agricultura, nas negociações da Rodada Doha. Mais que isso, tudo se passa como se as mudanças combinadas na Rodada Uruguai, terminada em 1994, não tivessem a menor importância.

O fundamento alegado pelo governo brasileiro em seus processos contra a política agrícola americana tem sido o descumprimento, pelos Estados Unidos, de compromissos assumidos naquela rodada. O Tesouro dos Estados Unidos - esta é a acusação - tem violado, em várias ocasiões, os limites acordados na OMC. Trata-se, portanto, de fazer cumprir as normas em vigor, sem misturar esse tema com as negociações de novas normas para o agronegócio na Rodada Doha. A mesma alegação tem sido usada nas ações contra a política agrícola da União Européia.

Tanto pelo descumprimento das normas acordadas na rodada anterior quanto pelo projeto da nova lei agrícola, os políticos de Washington seguem na contramão dos objetivos definidos há quase seis anos no lançamento da Rodada Doha.

As novas disputas na OMC não são motivadas, no entanto, só pelos problemas do agronegócio. Há outros processos em curso e os Estados Unidos acabam de iniciar uma ação contra a China por causa da pirataria. Nesse processo, Brasília poderá atuar ao lado de Washington. Tudo isso envenena o ambiente num momento extremamente delicado das negociações comerciais. Num mundo politicamente razoável - aparentemente distante da realidade atual -, esses conflitos poderiam estimular a conclusão de um novo acordo.

**Em meio a crise, sai o Banco do Sul** – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil – 20/08/2007

Só um grande revés, ou alguma forte implicância de última hora deve impedir que, nesta sexta-feira, ministros da Fazenda e da Economia de sete países anunciem, em reunião no Rio de Janeiro, um acordo para a "declaração fundacional" do Banco do Sul, um banco multilateral de desenvolvimento sul-americano, a ser sancionada pelos respectivos presidentes, até setembro. Será firmada uma declaração, não a ata de fundação do banco. Mas é suficiente para comprometer os governos com o projeto, lançado e sustentado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Por enquanto, e pelo andar das discussões entre os governos, o que deverá sair da reunião do Rio é uma casca, que recobre, ainda, duras divergências entre as equipes encarregadas da criação da instituição. Os pólos dessas polêmicas são Brasil e Venezuela. Chávez teve de ceder em sua ambição de estender os braços do Banco do Sul a companheiros bolivarianos além-fronteiras, como a Nicarágua. Mas fincou pé na exigência de que o banco tenha sede próxima a seu palácio, em Caracas. E tudo indica que ganhará essa.

No fim de um de seus discursos de extensão inacreditável, na semana passada, dedicado a sua criticada proposta de reforma constitucional, Chávez pisou em calos brasileiros, ao anunciar que decidiu, com os presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, da Bolívia, Evo Morales, e do Equador, Rafael Correa, "não esperar mais", e criar o Banco do

Sul. O banco nasce em novembro, disse. Com sede em Caracas, acrescentou, como recado a Brasília.

Apesar da omissão dos nomes de Brasil, Uruguai e Paraguai, outros sócios da empreitada, não há, ainda ruptura nas discussões, e Brasília tenta influir na constituição do novo banco. O governo brasileiro era contrário a uma nova instituição, tentou até atrair, sem sucesso, a Corporação Andina de Fomento (CAF), para apoiar, em conjunto, investimentos como os que se pretende financiar com o Banco do Sul. O Brasil cedeu, na expectativa de evitar a criação de um ser financeiro aberrante na região. As notícias sobre as reuniões técnicas indicam que até amainou o clima de animosidade entre as equipes brasileira e venezuelana.

Países da América do Sul já em conflito com o sistema financeiro mundial, como a Argentina, a Bolívia e o Equador tendem a sofrer sérias restrições de financiamento, no cenário de aperto no crédito internacional que se desenha com a crise nos mercados financeiros que estourou na semana passada. Tende a crescer, nesses países, a ânsia por um banco capaz de financiar investimentos e projetos sociais, com menores condicionalidades que as instituições tradicionais. É esse anseio que impulsiona as discussões do Banco do Sul.

---

### **Venezuela e Brasil têm divergências sobre projeto**

---

Concebido por Chávez para ser uma espécie de bombril financeiro, multifuncional, para financiar projetos, bancar ações sociais e socorrer crises de balanço de pagamentos, o banco que será anunciado nesta semana será, porém, apenas um banco tradicional de desenvolvimento. Segue aberta a discussão sobre um mecanismo futuro de socorro a países da região com problemas nas contas externas.

Os governos brasileiro e argentino têm concordado em garantir, para o futuro banco, regras de "governança" compatíveis com as outras instituições multilaterais que atuam na região, como a adesão ao acordo da Basiléia, que fixa requisitos mínimos de solidez para as instituições financeiras. É o mínimo, em um ambiente movediço como o atual, no qual já será bem difícil a um banco desses captar recursos no mercado para se sustentar. Nas últimas reuniões para discussão do tema, falou-se em um capital inicial de US\$ 7 bilhões a US\$ 10 bilhões para o banco, mas não se chegou a um acordo sobre quem vai colocar quanto nos cofres. Há menos certeza ainda sobre como será escolhida a direção do banco, bom motivo de desentendimentos futuros.

Cada país terá autonomia para decidir de onde sacará o dinheiro para a nova instituição, mas se sabe que o valor efetivamente depositado nos cofres do Banco do Sul, o capital integralizado pelos sócios, será apenas um pequeno percentual do total, o capital subscrito. Tema controverso, porque se trata de depositar dinheiro em um banco sediado na Venezuela, onde é forte o controle de capitais e crescente a força do Executivo sobre os negócios, públicos ou privados - estes ameaçados de estatização.

Está claro para os participantes das discussões que, sem garantias de políticas operacionais independentes e muito claras, o Brasil desembarcará da folia. Pode haver espaço, no continente, para um banco de desenvolvimento clássico, dedicado a financiar obras de infra-estrutura de integração e de integração das estruturas de produção dos países vizinhos, além de joint-ventures, com critérios técnicos diferentes dos adotados pelos bancos existentes. Mas se o critério para empréstimo for a adesão ao projeto bolivariano de

Chávez, o bom senso recomenda que o Brasil assista a novela de longe. Como o Chile, que acompanha a discussão, mas como observador.

Mangabeira conquista aliados

Nomeado depois de muita hesitação, e só por pressão política, o ministro do Planejamento de Longo Prazo, Mangabeira Unger, ganhou amigos no ministério. Marta Suplicy, do Turismo, diz estar impressionada com as idéias do filósofo-ministro. Néelson Jobim, da Defesa, foi além, e encomendou a Unger estudos de planejamento estratégico para orientar sua pasta.

Crise? Que crise?

Nem a crise financeira internacional ressuscitou os antes freqüentes apelos por independência legal para o Banco Central, o que só aumenta a autoconfiança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no que considera os acertos de sua política econômica. Até fez piada, em conversa com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre as reservas de US\$ 160 bilhões do país, lembradas como um colchão contra as atuais turbulências financeiras mundiais.

"Guido, fique tranqüilo, não venda nossos dólares!" bravateou o presidente.

**Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras -  
sergio.leo@valor.com.br**

### **Mercosul aprova e Brasil deve anunciar elevação de tarifa de calçados e tecidos –**

Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 22/08/2007

Após quase três meses de negociação, o Brasil conseguiu de todos os sócios do Mercosul a aprovação para aumentar a tarifa externa comum (TEC) do bloco aplicada às importações de calçados, tecidos e confecções. A decisão, a ser formalizada até o início da semana que vem em resolução da comissão de Comércio do Mercosul, vai autorizar os sócios que assim desejarem, a aumentar para 35% as tarifas de importação de calçados e confecções e até 26% as de tecidos.

A decisão deve ser anunciada oficialmente hoje, após visita do ministro da Indústria do Paraguai, José Maria Ibañez, ao ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge. Ibañez vem acompanhado de uma comitiva de altos funcionários e o presidente da União Industrial Paraguaia, Gustavo Volpe. A medida, na prática, cria mais uma distorção no sistema alfandegário comum do Mercosul, já que o aumento da tarifa não será aplicado uniformemente por todos os países. O Uruguai já informou que, por ter adotado recentemente medidas de apoio à indústria têxtil, só deverá acompanhar os sócios no aumento da tarifa sobre calçados.

A decisão provoca polêmica no Brasil, também, onde a indústria de confecções acusa o governo de ter usado os argentinos como escudo para atender a uma reivindicação da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) e aumentar a tarifa de importação de tecidos, causando aumento de custos para a indústria de bens acabados. Para sustentar a acusação, lembram que a ata da reunião do Grupo Mercado Comum que registrou a discussão do tema trazia uma tabela de tarifas sugeridas para tecidos de autoria da Abit. Os argentinos, porém, desde maio vinham apontando o aumento nas tarifas dos tecidos como medida necessária para autorizar a elevação da TEC para calçados e confecções. A iniciativa do Brasil foi consequência das pressões dos setores afetados pela perda de competitividade causada pela valorização do real frente ao dólar.



O governo brasileiro chegou a anunciar que elevaria as tarifas unilateralmente, caso não conseguisse aprovação dos sócios. Seria a primeira vez em que o Brasil adotaria uma medida isolada para atender a queixas de exportadores. Com a concordância prévia dos sócios, será possível ao governo brasileiro anunciar o respeito às normas do Mercosul, ainda que a norma em questão seja uma autorização para provocar mais uma "perfuração" na tarifa externa que deveria ser comum a todas as alfândegas do bloco. (SL)

### **Na OMC, EUA não informam valores de ajuda a agricultores - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/08/2007**

Brasil pode recorrer a tribunal internacional contra 74 programas de apoio

Os americanos se recusaram a dar informações na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre como financiam a produção de etanol e rejeitam incluir a questão dos biocombustíveis na disputa aberta pelo Brasil na entidade. Ontem, o Itamaraty saiu insatisfeito das consultas com a Casa Branca em relação à disputa sobre os subsídios agrícolas. O governo pode pedir agora a criação de um comitê de arbitragem na entidade contra Washington para julgar a ajuda dada pelos americanos a seus produtores. A decisão será tomada nas próximas semanas e depende de uma avaliação política.

Em Genebra, o Brasil questionou 74 programas de apoio aos produtores americanos a um grupo de advogados e diplomatas dos Estados Unidos. Negociadores que participaram da reunião revelaram que a Casa Branca não respondeu a várias cobranças e não disse quando vai tornar público o valor de novos programas de apoio.

O Brasil argumentou que os americanos superaram o limite permitido de gastos com subsídios de 1999 a 2005, com exceção de 2003. A Casa Branca diz que o Itamaraty incluiu na conta programas que não distorcem os preços internacionais.

Os EUA ainda alegaram que os programas de biocombustíveis questionados pelo Brasil não constavam da lista que o Itamaraty enviou para a OMC sobre os pontos que atacaria, há um mês. O país insiste que o caso se refere à agricultura e não ao etanol. Representantes do governo americano recusaram-se a fazer qualquer comentário ao Estado sobre o que ocorreu nas consultas. 'Nossa avaliação é que os programas de energia fazem parte do caso', disse um negociador brasileiro.

Estudos feitos pela Global Subsidies Initiative estimam que há mais de 200 incentivos para a produção de biocombustíveis nos EUA, que distribuem US\$ 7 bilhões por ano aos produtores. E pré-candidatos à presidência já prometeram elevar a ajuda a fazendeiros que destinaram milho e cana para a produção do combustível.

Nas demais questões feitas pelo Brasil sobre trigo, açúcar, leite e outras commodities, os americanos mantiveram a postura de silêncio e até disseram que algumas informações eram confidenciais. 'As respostas dos EUA foram, em sua maioria, incompletas e vagas', afirmou Flávio Marega, diplomata que liderou o questionamento.

O Brasil queria saber, por exemplo, quanto cada produtor recebe. Agora, o governo brasileiro deve partir para um tribunal internacional. A idéia é pedir que a OMC aponte três árbitros para julgar o caso. O Canadá já fez esse pedido e o Itamaraty não descarta que os dois casos acabem se unindo em um só ataque contra os EUA. Argentina, Austrália, Europa, Costa Rica, Guatemala e México demonstraram apoio à causa brasileira.

O Brasil ainda vai participar como terceira parte da disputa aberta pelos EUA contra a pirataria na China. O governo americano alega que tanto na China quanto no Brasil há baixo cumprimento das leis que criminalizam a pirataria.

**Sarkozy diz que será duro com Bush nas negociações** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/08/2007

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, disse ontem que já avisou o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, que será duro nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). As conversações da Rodada Doha serão retomadas no início de setembro.

Sarkozy, apesar de sua aparente nova amizade com a Casa Branca, já alertou que não vai fazer concessões no campo agrícola enquanto os Estados Unidos não demonstrarem sinais de flexibilidade nas negociações.

Sarkozy revelou a sua conversa com Bush em um encontro com representantes agrícolas franceses, recebidos pelo novo presidente na última terça-feira. O presidente francês teria dito ao americano, durante um encontro no último dia 11 de agosto, que será 'tão duro como ele (Bush)' no dossiê agrícola da OMC.

A revelação de Sarkozy ocorre no momento em que França e Estados Unidos tentam inaugurar uma nova fase em suas relações, depois de anos de um mal-estar causado pela rejeição do ex-presidente Jacques Chirac à atitude dos americanos na guerra do Iraque.

No que se refere ao comércio, porém, não há sinais de que o presidente francês adotará uma atitude diferente da de seu predecessor.

## **CRISE**

As negociações da Rodada Doha estão em um momento de crise, já que não há nenhum sinal de que os americanos estariam dispostos a reduzir seus subsídios agrícolas.

Sem demonstração dessa flexibilidade, os europeus se recusam a reduzir suas tarifas de importação de bens agrícolas, alegando que acabariam facilitando a entrada de produtos americanos subsidiados e afetando seus próprios produtores.

Com seu recado, Sarkozy deixou claro que não será o primeiro a flexibilizar sua posição negociadora. Para analistas em Genebra, quem perde com isso são os países emergentes, como Brasil e Argentina, que querem uma liberalização na agricultura mundial.

No próximo dia 4, os 151 países da OMC voltam a se reunir em Genebra para debater como permitir que o processo não seja declarado morto, ainda que muitos duvidem da capacidade dos governos em chegar a um entendimento até o final deste ano.

**Acordo na OMC é urgente, diz Amorim** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/08/2007

Para o ministro, crise global torna mais importante a Rodada Doha

A crise no mercado imobiliário dos Estados Unidos tornou 'fundamental' e 'urgente' a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), advertiu ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. As negociações devem ser retomadas no início de setembro, depois da pausa provocada pelas férias européias.

No seu discurso na abertura do Fórum de Cooperação Ásia do Leste-América Latina (Focalal), que agrega ministros e representantes de 33 países dessas regiões, Amorim insistiu que o acordo deve ser equilibrado e justo, levar em conta os interesses dos países menos desenvolvidos e 'fazer jus' a nome - Rodada do Desenvolvimento.

'Uma conclusão, com êxito, da Rodada Doha, que promova o desenvolvimento das nações mais pobres, torna-se ainda mais urgente, à luz das turbulências do mercado financeiro, geradas nos países mais ricos, mas que nos afetam a todos', declarou.

À imprensa, Amorim afirmou que espera a apresentação de novos rascunhos de acordos sobre agricultura, indústria e serviços no início da segunda semana de setembro, depois das últimas conversas entre os presidentes dos comitês de negociação da OMC com as delegações dos 150 países.

Para Amorim, esse movimento apenas refinará propostas que ambos os presidentes já têm em mente. Seus rascunhos originais, apresentados em julho, foram criticados por vários parceiros da OMC, mas não chegaram a ser repudiados por nenhum país.

Em seu discurso na reunião do Focalal, o ministro das Relações Exteriores do Japão, Taro Aso, destacou que essas versões originais 'são boas bases para se trabalhar'.

O Japão está justamente no front oposto do G20 - grupo de economias em desenvolvimento que atua em conjunto na negociação do capítulo agrícola sob a liderança do Brasil e da Índia. O Japão é uma das economias que mais subsidiam e protegem o setor agrícola.

Para Aso, o Focalal 'é um poderoso condutor da economia mundial' e tem uma enorme responsabilidade de dar um forte empurrão na Rodada Doha. Entre os 33 membros do Focalal, 13 são sócios do G20.

### **Venezuela volta a pedir pressa ao Mercosul** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/08/2007

Ministro diz que seu governo 'tem paciência, mas espera uma boa notícia até dezembro'

A Venezuela tem paciência, mas espera 'uma boa notícia' sobre a tramitação do projeto de sua adesão plena ao Mercosul até dezembro, quando se realizará a reunião semestral dos presidentes dos países do bloco, em Montevideú, Uruguai.

A posição da Venezuela foi expressa pelo ministro das Relações Exteriores, Nicolás Maduro, que participa da reunião ministerial do Fórum de Cooperação Ásia do Leste-América Latina (Focalal), a ser encerrada nesta quinta-feira em Brasília.

Em julho, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, havia dado um ultimato para que o Congresso brasileiro aprovasse a adesão plena até o início de setembro.

Hoje, Maduro tratará reservadamente com Amorim de outro problema nas relações bilaterais: a recente queixa de Chávez de atraso nas obras de construção da refinaria Abreu de Lima, um projeto conjunto da Petrobrás e da Petróleos de Venezuela (PDVSA) em Pernambuco.

'Nós temos paciência. O presidente Chávez falou que vamos ter paciência e esperar que se imponha a razão e a sensatez antes da reunião do Mercosul em Montevideú. Devemos ter a boa notícia até lá', afirmou Maduro ao Estado.

Polêmico, o acordo de adesão da Venezuela continua engavetado no Congresso brasileiro. Não chegou a ser votado nem mesmo na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o primeiro passo da tramitação.

No Paraguai, o acordo tampouco começou a tramitar no Congresso. Para Maduro, esses percalços devem ser superados em breve.

Um dos entraves para a tramitação foi a declaração de Chávez de que o Congresso brasileiro é um 'papagaio' dos Estados Unidos - sua resposta nada diplomática ao pedido do Senado para que o presidente venezuelano revisse a decisão de caçar a concessão da emissora Rádio Televisão Caracas (RCTV).

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, têm havido sinais de distensão de Caracas, que devem abrandar a tramitação do acordo no Congresso.

Outro entrave é o fato de a Venezuela ainda não ter concluído as negociações sobre a liberalização de seu comércio com a Argentina e o Brasil.

Embora Maduro tenha dito que essas negociações não estão travadas, Amorim admitiu que não houve reuniões negociadoras nos últimos meses. 'As negociações sempre andam. Para a frente ou para trás', advertiu, rindo.

## **BIOCOMBUSTÍVEL**

Segundo Maduro, o embate entre Brasil e Venezuela na questão energética não deve tornar-se fonte de atritos entre os dois países porque tratam-se de propostas autônomas para garantir a segurança energética da América Latina. 'A América Latina é a primeira região do mundo que debate esse tema', insistiu o ministro.

Há duas semanas, enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva divulgava os biocombustíveis na América Central, México e Jamaica, Hugo Chávez seguia com sua lógica petroleira por outras regiões do continente. Mas essa movimentação venezuelana não foi recebida como 'simpática' pela diplomacia brasileira.

A Venezuela firmou acordos de segurança energética, que envolvem os setores de petróleo e derivados, gás e petroquímico, com a Argentina, o Uruguai, a Bolívia, o Equador e mais dez países do Caribe.

**Amorim vê Doha mais urgente com turbulência** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/08/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA -O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem que as turbulências no mercado financeiro internacional tornam "mais urgente" uma "conclusão exitosa" da Rodada Doha de comércio.

"Uma conclusão exitosa da Rodada Doha, que promova o desenvolvimento das nações mais pobres, torna-se ainda mais urgente, à luz das turbulências do mercado financeiro", disse Amorim na abertura do 3º Focalal (Foro de Cooperação América Latina - Ásia do Leste).

**Venezuela volta a debater sua entrada no Mercosul** – O Globo – Economia – 23/08/2007

BRASÍLIA. Um dia antes de se reunir com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim — quebrando um gelo que durou cerca de dois meses — o chanceler da Venezuela, Nicolás Maduro, disse não haver qualquer problema técnico em relação ao ingresso de seu país no Mercosul. Ele assegurou que os venezuelanos pretendem cumprir o cronograma de redução de tarifas, que precisa ser apresentado até o início de setembro. Maduro se reúne hoje com Amorim para tratar do tema.

— O processo de negociação caminha perfeitamente bem.

Não há nenhum obstáculo do ponto de vista técnico. Não há nenhum atraso — disse Maduro, após abertura do III Fórum de Cooperação América Latina-Leste Asiático (Focalal).

Até então, havia dúvidas a respeito da vontade dos venezuelanos de serem membros plenos do Mercosul.

O presidente Hugo Chávez chegou a fazer ultimatos e ameaças após brigar com o Congresso brasileiro.

**Mercosul intensifica ofensiva anti-China** - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Especial - 23/08/2007

Os países do Mercosul intensificam a adoção de medidas contra as importações da China. O movimento no bloco é capitaneado pela Argentina e pelo Brasil, que passaram a adotar com mais frequência medidas para combater a enxurrada de produtos exportados pelo país asiático. Na sexta-feira, o governo argentino anunciou restrições à importação de produtos como bicicletas, pneus calçados e equipamentos de informática, para dificultar a entrada de artigos da China e de outros países asiáticos.

O governo brasileiro, por sua vez, decidiu inspecionar com mais rigor remessas de mercadorias importadas, a começar pelos brinquedos.

O diretor de relações internacionais e comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Giannetti da Fonseca, acredita que essa tendência deve se acentuar daqui para a frente, tanto no Mercosul como no mundo. Para ele, é necessário endurecer o jogo com a China, por meio de medidas de proteção comercial e aduaneira. Em junho, o Brasil adotou direito antidumping provisório para escovas de cabelo, alto-falantes e ferros de passar roupa. A indústria espera a adoção de medidas semelhantes para outros produtos nos próximos meses, também para conter as importações de artigos chineses.

Para Giannetti da Fonseca, elas são necessárias para combater o comportamento "predatório" da China, que vende produtos a preços que prejudicam a indústria e o emprego locais, além de muitas vezes não atenderem especificações técnicas e não mostrarem preocupação com o consumidor. A Fiesp, conta ele, tem oferecido cursos a agentes aduaneiros para ajudar na identificação de subfaturamento, falsificação de produtos e classificação tarifária errada - estratégia usada para driblar eventuais restrições à importação de determinados produtos.

De janeiro a junho, o Brasil teve um déficit de US\$ 295,3 milhões no comércio com a China - no mesmo período do ano passado, o país registrara um superávit de US\$ 166,4 milhões. A balança comercial da indústria, porém, já era largamente deficitária - em 2006,

o saldo ficou negativo em US\$ 5,7 bilhões, podendo atingir US\$ 8 bilhões neste ano, segundo a Fiesp.

O presidente do Conselho de Relações Internacionais da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Marconini, também acredita que a adoção de medidas de restrição de importações da China devem se intensificar daqui para a frente. No Mercosul, a Argentina é quem deve comandar o movimento, acredita ele, o que pode ter algum "efeito-dominó" sobre o Brasil. Marconini mostra, porém, alguma preocupação com o fenômeno. Ele não vê com maus olhos a adoção de medidas antidumping ou de salvaguardas, mas acredita que é um erro a elevação de alíquotas de importação, por causar ainda mais distorções na já complexa estrutura tributária brasileira.

Para Marconini, é um equívoco o aumento para até 35% das tarifas de importação de calçados e confecções e até 26% das de tecidos, medida que pode entrar em vigor na próxima semana, depois que a Comissão de Comércio do Mercosul formalizar a decisão. "Eu prefiro medidas de defesa comercial, como salvaguardas e as antidumping, por serem mais focadas."

#### **Venezuela e Brasil voltam a negociar abertura comercial** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/08/2007

Mas já houve acertos anteriores e o governo Hugo Chávez adiou o debate

O Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) conseguiu extrair do governo venezuelano o compromisso de retomar as negociações em torno do cronograma de liberalização do comércio entre os dois países. Esse acerto é essencial para se concluir a adesão da Venezuela ao Mercosul.

Durante encontro reservado com o chanceler Celso Amorim, na quarta-feira, o ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Nicolás Maduro, aceitou marcar uma reunião técnica para o dia 21 de setembro, em Brasília, para tratar do tema.

A Venezuela tampouco concluiu negociações sobre o livre comércio com a Argentina. No plano formulado entre Mercosul e Venezuela, essas discussões deveriam estar concluídas até 2 de setembro, mas estão paradas há quatro meses pelo claro desinteresse venezuelano em negociar esse tema, sensível para o setor industrial do país. Várias reuniões foram canceladas por Caracas, sob diversos pretextos - atitude que pode se repetir a partir de 21 de setembro.

Nos últimos meses, o governo Hugo Chávez vinha dizendo que não tocaria no tema sem antes obter a aprovação, pelo Congresso brasileiro, do Protocolo de Adesão Plena de seu país ao Mercosul, firmado em julho de 2006, em Córdoba (Argentina).

Na reunião de anteontem, Amorim observou que o Congresso não aprovaria o acordo sem o compromisso da Venezuela de liberalização de seu comércio com o Brasil. Esse compromisso, argumentou o chanceler brasileiro a Maduro, será um argumento adicional para convencer os parlamentares a admitir o país no bloco.

Desde junho, quando Chávez acusou o Congresso brasileiro de ser “papagaio” dos Estados Unidos, a sombra da animosidade paira sobre a tramitação do acordo, que ainda não saiu da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Curiosamente, ao deixar o Itamaraty, anteontem, o chanceler venezuelano omitiu da imprensa a sua decisão de aceitar a retomada das negociações.

Ele reafirmou apenas que o ultimato de Chávez para que o Congresso brasileiro aprovasse o acordo até o início de setembro foi substituído por uma dose de paciência, mas seu presidente espera ver o assunto resolvido até a próxima reunião de cúpula do Mercosul, em dezembro, em Montevidéu.

**Vitória democrata deve ser esmagadora, afirma Wallerstein** – Andréa Murta - Folha de São Paulo – Mundo – 26/08/2007

**Segundo sociólogo americano, com o fracasso republicano assessores de Bush estão "deixando o navio antes que afunde" - Para analista, que vem ao Brasil em setembro, ninguém em Washington quer assumir a culpa pelo inevitável colapso no Iraque**

Assombrado pelo fracasso no Iraque, o presidente dos EUA, George W. Bush, não só corre o risco de terminar seu segundo mandato isolado, mas deverá entregar de bandeja para os democratas a eleição presidencial de 2008, segundo o sociólogo americano Immanuel Wallerstein. "Os ratos estão abandonando o navio", disse Wallerstein à **Folha**, por telefone, de New Haven (Connecticut, EUA).

O sociólogo, que estará em Porto Alegre (RS) no dia 4 de setembro para uma apresentação no curso de altos estudos Fronteiras do Pensamento, do Copesul Cultural, diz crer que a Guerra do Iraque continuará a ser o tema dominante da política americana por muito tempo.

"Ninguém quer levar a culpa pela piora no Iraque depois que retirarem as tropas. Mas o colapso vai acontecer de todo jeito." Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

***Folha - Qual será a pior parte do legado de Bush?***

***Wallerstein*** - As coisas vão mal e não devem melhorar nos próximos cinco anos, e todos sabem que, de uma forma ou de outra, os EUA têm que sair do Iraque. Quem será responsabilizado pelo golpe político monumental que a retirada das tropas irá causar? Essa é a questão principal da vida política dos EUA.



Democratas e republicanos vão continuar dizendo que os outros são culpados não apenas nas eleições do ano que vem, mas nos anos seguintes.

***Folha - Vários assessores de Bush saíram do governo recentemente. Há uma crise da administração?***

***Wallerstein*** - É normal que assessores saiam, mas aqui há uma pequena sensação de que os "ratos estão abandonando o navio" antes que ele afunde. Não há muito de positivo que o governo Bush possa alcançar, mesmo para seus próprios padrões, antes de 2009. Nem mesmo os pré-candidatos republicanos querem se aproximar de Bush. Ainda mais significativo é o número de senadores republicanos, alguns de prestígio, que não vão se candidatar novamente no ano que vem porque crêem que vão perder. Este realmente não é um bom ano para os republicanos.

***Folha - Os democratas têm um plano coerente de política externa para apresentar em 2008?***

***Wallerstein*** - Depende do que você considera um plano coerente. Alguns candidatos, como Barack Obama, têm menos experiência em relações exteriores, mas isso não me preocupa muito. Estou mais preocupado com o que eles vão fazer, e isso não está claro. Todos falam que deveríamos sair do Iraque, mas não muito rápido. Eles não querem levar a culpa pelo colapso do Iraque depois que retirarem as tropas -mas esse colapso vai acontecer de todo jeito, quer os americanos saiam, quer não saiam. O governo Bush atacou consideravelmente as liberdades civis em nome da luta contra o terrorismo. Os democratas vão voltar atrás nessa área? Não sei. Haverá mudanças quando os democratas subirem ao poder, mas não será uma revolução.

***Folha - O sr. fala com muita certeza de uma vitória democrata. Não há chance de reviravolta republicana?***

***Wallerstein*** - Se as eleições fossem hoje, seria uma vitória democrata esmagadora, tanto na Casa Branca quanto no Senado.

Eu vou votar no Partido Democrata. Mas estamos em agosto, e a eleição é só em 2008.

***Folha - A cautela dos pré-candidatos com o Iraque indica que o militarismo continua importante para os eleitores. Como o sr. vê a questão?***

***Wallerstein*** - Os americanos não estão com a menor vontade de apoiar outras guerras -nem no Irã, nem no Paquistão, nem na Coreia do Norte, nem em lugar nenhum. Até as Forças Armadas vêm agindo como uma influência pacificadora nos EUA, porque sabem que não têm condições para lutar mais. Não creio que o país vá se engajar em nenhuma ação militar em um futuro próximo, mas há sempre a possibilidade de o vice-presidente [Dick Cheney], que é quem manda de verdade, resolver fazer outra guerra.

***Folha - A crise dos mercados financeiros nos EUA reflete uma queda global do capitalismo?***

***Immanuel Wallerstein*** - O sistema todo já está em crise há 50 anos, e uma de suas características é justamente a volatilidade dos mercados. O governo dos EUA e os consumidores americanos estão incrivelmente endividados. Muitos não conseguem pagar e todo o sistema vem abaixo. É o fenômeno normal do nosso tempo e não é tão diferente da crise dos mercados asiáticos em 1997. Aliás, crise é a palavra errada; o que temos são colapsos variados. Estamos esperando agora o colapso real da moeda americana. O dólar perdeu ao menos um terço de seu valor nos últimos 20 anos, e ainda estamos longe do fim.

***Folha - Quais serão as alternativas se ocorrer um colapso?***  
***Wallerstein***

- Não haverá um domínio de nenhuma moeda como atualmente, creio. Teremos múltiplas moedas em reserva.

Uma boa quantidade de dinheiro irá para o euro, algumas irão para o iene [do Japão] e outras irão para moedas regionais. Poderá emergir uma moeda do Mercosul. E esta será uma situação muito mais saudável -a não ser para os EUA, é claro.

***Folha - O sr. já disse que Europa e Japão serão dois novos pólos de acumulação de capital. O crescimento da China alterou o quadro?***  
***Wallerstein***

- Hoje eu diria que os pólos serão a Europa e o Leste Asiático, que deve ser visto como uma divisão entre China, Coreia do Sul e Japão. O Japão continua a ser economicamente o mais forte. A China é um país enorme, mas seu crescimento econômico hoje não é maior do que o da ex-União Soviética nos anos 1950 e 1960. A possibilidade de um eixo China-Japão-Coreia ainda terá de ser construída, mas, se acontecer, será um eixo extremamente poderoso.

**Um teste inédito, para além da Rodada Doha – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 27/08/2007**

Reunidos em Brasília, na semana passada, ministros e altos funcionários de 33 países da América Latina e Ásia do Leste foram incapazes de pronunciar mais que declarações vagas e apelos pouco entusiasmados ao falar do seu desejo de uma conclusão "satisfatória" para as negociações de liberalização comercial, a chamada Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio. Mas, mesmo se a Rodada Doha mostrar-se impotente para acertar seu principal alvo, o protecionismo agrícola dos países ricos, e até mesmo por causa desse possível fracasso, a OMC manterá sua importância, especialmente para os países em desenvolvimento.

Diferentemente das negociações para a finada Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que, com seu colapso, levaram os participantes a projetos alternativos e perderam a razão de ser, a OMC não se reduz às negociações para derrubar barreiras

comerciais. Ela é garantia de alguma civilidade no competitivo terreno do comércio internacional e importante campo de disputa política, na conformação das normas multilaterais. Um eventual arrefecimento na economia mundial, ou uma pequena recessão, com impacto negativo sobre o comércio, provará a necessidade de uma instituição como a OMC. Também a submeterá a sérias provas.

O principal teste será mostrar a capacidade da OMC de funcionar, de fato, como xerife das regras multilaterais de comércio - como as que comprometem os países com níveis máximos para subsídios em seus mercados internos, impedem tratamento discriminatório a importações e benefícios indevidos a exportadores. A OMC se distingue entre as organizações internacionais por ter "dentes", mecanismos para punir os desobedientes. Infelizmente, a capacidade de dar e sentir as mordidas desses mecanismos varia conforme o país e grandes economias, em geral, são beneficiadas.

Caso um país seja acusado por outro de violar regras internacionais de comércio, o principal instrumento de punição da OMC é a permissão, ao acusador, de adotar medidas retaliatórias, caso as acusações se comprovem verdadeiras. Como retaliação, o acusador pode negar, ao acusado, o tratamento dispensado aos outros parceiros comerciais, segundo as normas da OMC. Em geral, os países retaliam negando ao adversário o acesso a mercados garantidos aos outros, ou seja, criando sobretaxas ou outras barreiras para a importação de produtos do país violador das regras da OMC.

Em setembro, após as férias no Hemisfério Norte, as negociações da Rodada Doha voltarão à marcha, e, embora autoridades falem que são pequenas as divergências, é enorme a possibilidade de um fiasco, ou um acordo de pouco resultado prático. Forte indicação desse fracasso é a disposição do Congresso americano, que decidiu aumentar os subsídios agrícolas que se quer cortar na OMC. O Brasil, protagonista nas negociações, continuará no palco, em posição de submeter o regime multilateral da OMC a um primeiro teste sério, após a definição da rodada.

---

### **Brasil quer aplicar "retaliação cruzada"**

---

Espera-se para o primeiro semestre de 2008 a conclusão do processo movido pelos brasileiros contra os subsídios dos Estados Unidos a seus produtores de algodão. Já decidido em favor do Brasil, o caso está, agora, na fase de implementação, em que o país derrotado deve ajustar-se às determinações dos árbitros da OMC, ou o país acusador é autorizado a retaliar. Os EUA não mostram disposição de mudar, o Brasil decidirá se retaliará ou não. Tudo indica que o fará, e de forma original.

O Brasil, neste caso, trouxe uma novidade, baseada no fato de que as tradicionais represálias comerciais têm eficácia questionável para grandes economias e são um tiro pela culatra, por prejudicarem, com sobretaxas, o consumidor dos produtos importados do país retaliador. No pedido à OMC, os brasileiros querem autorização para fazer uma eventual "retaliação cruzada" e punir os EUA no campo dos direitos de propriedade intelectual. Nesta semana, o governo brasileiro criou um grupo de técnicos para definir como faria essa retaliação.

Foram os EUA, durante a Rodada Uruguai, nos anos 90, quem sugeriram a figura da "retaliação cruzada", argumentando ser necessário uma arma mais eficaz, caso algum país de fraco desempenho no campo das marcas, patentes e outros direitos de autor, violasse o acordo de propriedade intelectual na OMC. Não faria sentido suspender direitos de propriedade intelectual de um país que quase não os dispõe, argumentaram os negociadores

americanos, que insistiram no poder de retaliar, nesses casos, com barreiras às mercadorias do país violador.

O então negociador brasileiro, embaixador Celso Amorim, hoje ministro, sugeriu, então, reciprocidade: também seria possível retaliar negando direitos de propriedade intelectual a países com violações no terreno do comércio de mercadorias. O primeiro país a usar o mecanismo foi o Equador, contra a União Européia, ironicamente seguindo o rumo apontado por Amorim. UE e Equador fizeram um acordo e não se usou a retaliação cruzada, que, agora, pode ser uma arma inédita e polêmica para cobrar dos EUA o fim dos indefensáveis subsídios ao algodão. Um teste à eficácia da OMC, com ou sem Doha.

#### **Adiamento no Banco do Sul**

Rodrigo Cabezas, ministro do Poder Popular para as Finanças (é assim o título do ministro da Fazenda venezuelano) telefonou a Brasília, na semana passada, para adiar a reunião de ministros programada para a sexta-feira, em que se firmaria o compromisso formal para criação do Banco do Sul. Cabezas, além de envolvido na polêmica reforma da Constituição do país, passaria a semana em viagem pela Venezuela, para divulgar o plano que cortará, em 2008, três zeros da moeda local, o bolívar.

Como a ausência de um dos principais protagonistas da discussão (e opositor de posições defendidas pelo Brasil) poderia ser interpretada como sinal de conflito, o próprio Cabezas sugeriu o adiamento do encontro, garante uma fonte brasileira.

**Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras  
sergio.leo@valor.com.br**

**Mais pragmatismo no Mercosul** - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 28/08/2007

No Mercosul, quase tudo o que diz respeito às negociações comerciais externas está praticamente paralisado. A agenda externa do bloco hoje se restringe a negociações com Israel e países árabes do Golfo. Desde 2004, o acordo com a União Européia está parado, sem muita perspectiva de avanço efetivo.

A prioridade atribuída às negociações multilaterais da Rodada de Doha explica, em parte, a parcial paralisia dos entendimentos mantidos pelo Mercosul. O reduzido número de acordos comerciais em negociação é resultado igualmente dos interesses conflitantes e da dificuldade de entendimento entre os quatro países membros. Caso a Venezuela se torne membro pleno, a complexidade do processo decisório aumentará, tornando ainda mais difícil o consenso para avançar conversações com outros países fora de nossa região, especialmente os de economia maior e mais dinâmica.

Os países menores do Mercosul (Paraguai e Uruguai), em razão das frustrações relacionadas com os reduzidos ganhos do processo de integração e com as poucas perspectivas comerciais, apesar do crescimento das trocas internacionais, estão pressionando Brasil e Argentina para que seja permitida a flexibilização de alguns compromissos e instrumentos vigentes do Mercosul.

Em documentos oficiais, o Uruguai afirma, entre outros pontos: “Não é realista esperar que, no curto ou médio prazo, possam acontecer avanços efetivos no Mercosul, assim como mudanças radicais nos processos de negociação com terceiros países e em seus resultados. A flexibilidade para a negociação com terceiros países (em processos próprios e do Mercosul) é a válvula de escape que permitiria aos sócios menores reduzir os custos da paralisia e a reversão resultante do descumprimento de muitos compromissos.”

A aplicação flexível pedida pelo Uruguai nas negociações comerciais com países não-membros objetiva modificar a Resolução 32, de 2000, que proíbe a negociação dos membros do Mercosul de acordos que incluam preferências tarifárias com terceiros países ou agrupamento de países fora de nossa região.

A flexibilização que permite a negociação de acordos comerciais, por todos os países membros, de forma individual, pode ser feita por consenso no âmbito do Conselho do Mercosul, sem necessidade de modificar o Tratado de Assunção. Uma fórmula desse tipo atenderia aos países menores e seria uma solução mais aceitável. Contornaria, assim, a crescente pressão por parte do setor privado para que o Mercosul volte a ser uma área de livre comércio com a suspensão da Tarifa Externa Comum (TEC), o que resultaria na necessidade de modificar o Tratado de Assunção, com todos os custos políticos que isso acarretaria.

Acordos comerciais não-preferenciais são aqueles que não implicam uma exceção ao tratamento de nação mais favorecida, seja de tarifas, seja de serviços, como os acordos de comércio e investimento (Tifa), a exemplo do assinado pelo Uruguai com os EUA.

O Brasil resistiu à pressão uruguaia e paraguaia e abortou qualquer flexibilização da Resolução 32, com o argumento de que só poderia haver concordância para a negociação individual caso o núcleo duro do Mercosul - isto é, a TEC - não fosse afetado. Na última reunião do Conselho do Mercosul (28-30 junho), o presidente do Paraguai, no exercício da coordenação do bloco, voltou a insistir na necessidade de flexibilizar a Resolução 32.

Félix Peña, que, pelo lado da Argentina, compartilhou comigo a responsabilidade da coordenação nacional do Mercosul, observou que, caso aprovada a flexibilização, as negociações comerciais extrazona poderiam evoluir, prevendo-se a inclusão de cláusulas de vasos comunicantes e de convergência dentro de um prazo determinado com os demais países do bloco. Implicaria, no âmbito do Mercosul, a flexibilização formal do instrumento da União Aduaneira, especialmente no que se refere à TEC. Essa flexibilização deveria efetuar-se dentro dos limites - amplos - do artigo XXIV, parágrafo 8, do Gatt, o que permitiria abordar outras questões pendentes que ameaçam o processo negociador do Mercosul, tal como colocadas pelo Paraguai e pelo Uruguai.

O governo brasileiro dá indicações de que, pós-Doha, pretende ampliar a rede de acordos bilaterais em negociação pelo Mercosul.

Caso persista a atual regra de negociação conjunta dos países membros, é possível prever - pela impossibilidade de conciliar interesses ofensivos do Brasil para concluir acordos bilaterais com as posições defensivas de nossos parceiros - que dificilmente o

Brasil conseguirá avançar seus interesses comerciais com a abertura de entendimentos na Ásia e em outros mercados dinâmicos.

Fatos novos justificam o reexame de compromissos anteriores. O fracasso da Rodada de Doha torna imperativa a modificação da estratégia brasileira no tocante às negociações comerciais externas com vista a avançar com os acordos bilaterais.

A preservação do Mercosul como um instrumento relevante no contexto da política comercial externa do Brasil passa por ajustes que considerem as realidades do momento, como tem sido feito ao longo dos últimos 15 anos.

A proposta uruguaia e sua aplicação para todos os países do Mercosul deveria ser reexaminada já na próxima reunião do conselho, em dezembro, e o Brasil deveria passar a apoiá-la, flexibilizando a Resolução 32.

A negociação de acordos bilaterais é suficientemente importante para justificar uma abertura do governo com vista a discutir essa questão com o setor privado, sobretudo agora, diante da perspectiva da desaceleração das economias desenvolvidas e do crescimento do comércio mundial, em consequência da crise de crédito que vem dos EUA. É o que aconselha a defesa pragmática do interesse nacional.

**\* Rubens Barbosa, consultor de negócios, presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador em Londres e em Washington**

**Sarkozy quer Brasil no G-8 e ONU – Estado de São Paulo – Internacional – 28/08/2007**

Em seu primeiro discurso sobre política externa, presidente francês defende maior atuação de emergentes no cenário mundial

**Paris** - O presidente francês, Nicolas Sarkozy, defendeu ontem a inclusão de Brasil, México, Índia, China e África do Sul no G-8 - o grupo de países ricos que inclui EUA, França, Grã-Bretanha, Canadá, Itália, Japão e Alemanha, mais a Rússia. A proposta foi apresentada durante a XV Conferência dos Embaixadores franceses, no Palácio do Eliseu. Em seu primeiro grande discurso sobre política externa, Sarkozy aproveitou para afastar-se do legado de Jacques Chirac e deixar claro seu objetivo de retomar a influência internacional do país.

“O G-8 precisa continuar sua transformação gradual. O diálogo em cúpulas recentes com líderes da China, Índia, Brasil, México e África do Sul deveria ser institucionalizado”, afirmou Sarkozy. O presidente francês defendeu ainda um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU para Brasil, Alemanha e Japão.

Sarkozy, que desde sua posse em maio lançou uma ofensiva diplomática, ampliou ontem sua frente de atuação. Para ele, um Irã nuclear é “inaceitável”. Segundo Sarkozy, a

França continua comprometida com o aumento das sanções impostas contra o país. “Essa iniciativa é a única que nos permite evitar uma alternativa catastrófica: uma bomba iraniana ou o bombardeio do Irã. Essa é, sem dúvida, a pior crise internacional de hoje”, disse.

O presidente francês também endureceu a retórica em relação à Rússia e à China. Sarkozy fez um alerta a Moscou, afirmando que o governo russo não pode usar seus recursos energéticos de forma “brutal”. Dependentes das exportações de gás e petróleo da Rússia, países europeus temem que o Kremlin continue usando o corte de abastecimento como arma de pressão.

Sobre a China, apesar de declarar que o país vive o “renascimento mais impressionante da história da humanidade”, Sarkozy criticou a busca insaciável pelo controle de matérias-primas por parte de Pequim. Ainda de acordo com o presidente francês, a moeda chinesa está tornando-se um instrumento para auxiliar o poder político.

O estilo objetivo de Sarkozy agradou aos especialistas. “Sarkozy é direto, sem os floreios de Chirac. Mandou uma mensagem para os iranianos, russos e chineses”, afirmou François Heisbourg, do Centro de Pesquisas Estratégicas, em Paris.

Além do estilo, Sarkozy também mostrou que reforçará alianças diferentes das de Chirac. Além de declarar-se “amigo de Israel”, ele ressaltou sua aproximação com os EUA. Para o presidente francês, a amizade entre os dois países é tão importante hoje quanto há dois séculos. Acostumados ao antiamericanismo ferrenho de Jacques Chirac, a reaproximação com o governo do presidente americano, George W. Bush, ainda incomoda os franceses.

Ciente disso, Sarkozy afirmou ontem que “ser aliado, não significa alinhar-se”. Além disso, ele voltou a criticar a guerra no Iraque, afirmando que a França ainda é contra o conflito.

Sarkozy, que desde o início de seu governo disse que a União Européia seria sua prioridade, defendeu ontem o fortalecimento do bloco e sugeriu a criação de um comitê de dez especialistas para discutir quais devem ser os próximos objetivos da UE. As conclusões do grupo seriam apresentadas em 2009.

Sobre a Turquia, Sarkozy disse que não bloqueará a entrada do país na UE, mas voltou a afirmar sua oposição ao assunto. “Não quero ser hipócrita, todos sabem que sou favorável apenas a uma relação mais próxima”, disse.

**Presidente francês diz que emergentes, incluindo Brasil, Índia e China, devem entrar no clube dos ricos**

**Em discurso crítico a Rússia e China, Sarkozy marca diferenças pontuais com Chirac e reitera apoio a vaga do Brasil no CS da ONU**

Em seu primeiro grande discurso sobre política externa como presidente dos franceses, Nicolas Sarkozy anunciou diretrizes para a diplomacia de seu país e marcou algumas diferenças entre o seu governo e o de seu antecessor, Jacques Chirac. O Brasil teve duas menções. Sarkozy sugeriu que o país se tornasse membro permanente - com Alemanha, Japão, Índia e um representante africano- de um Conselho de Segurança (CS) da ONU ampliado e propôs que o G8 (clube dos sete países mais ricos e a Rússia) se torne G13, com a incorporação de China, Brasil, México, Índia e África do Sul. Sob Chirac, a França já havia sido o primeiro dos atuais cinco membros permanentes do CS, que têm direito de veto, a apoiar a pretensão brasileira a uma vaga fixa no conselho. Reino Unido e Rússia deram apoio de forma menos incisiva. EUA e China não se comprometeram com o pleito brasileiro.

No caso do G8, o Brasil, como os demais países mencionados, participou das duas últimas reuniões de cúpula do grupo, como convidado. A Casa Branca reagiu com reticência à proposta de Sarkozy: "É uma questão de longo prazo", disse o porta-voz Gordon Johndroe.

No discurso para diplomatas franceses em Paris, Sarkozy reiterou que se aproximará dos EUA, revertendo tendência do governo Chirac, que entrou em atrito com Washington ao se opor à invasão do Iraque.

Sarkozy mantém porém uma posição que Chirac sustentava: a condenação da guerra, qualificada como "um erro". O presidente pediu um cronograma para a retirada das tropas americanas. "Aliados não quer dizer alinhados", disse sobre a relação entre Paris e Washington.

Sobre a polêmica acerca do programa nuclear iraniano, Sarkozy declarou ser "inaceitável" que o Irã tenha uma bomba. A negociação, disse, é o único meio de "evitar uma catástrofe: a bomba iraniana ou o bombardeio do Irã". Mas, como Chirac, defendeu o direito dos iranianos de desenvolver energia atômica para fins pacíficos.

O presidente também afirmou ser "um amigo de Israel". Mas insinuou que isso não significa que a tradição francesa de boas relações com países árabes acabará.

Outra passagem no discurso de ontem em que se enxergavam diferenças entre o atual e o último governo da França foi a menção mais dura à Rússia e à China. Sarkozy reclamou de a Rússia estar usando seus recursos naturais para fazer política externa com "brutalidade", numa referência aos episódios em que Moscou suspendeu o fornecimento de



gás a países vizinhos. Já Pequim, disse, está "transformando sua insaciável busca por matérias-primas em um estratégia de controle, principalmente na África".

### **Turquia e defesa**

Uma outra distinção entre os dois chefes de Estado é quanto ao ingresso da Turquia na UE. Sarkozy, que diferentemente de Chirac sempre foi contra, amenizou ontem sua posição. Afirmou que não bloqueará mais o processo de negociações entre Ancara e Bruxelas.

"Sarkozy está percebendo que tem uma margem estreita de manobra", afirmou Philippe Moreau-Defarges, do Instituto Francês de Relações Internacionais, sobre as distinções mais pontuais do que amplas entre Chirac e Sarkozy.

Sarkozy ainda pediu uma "Europa mais forte e mais atuante", para o que sugeriu o aumento e uma melhor distribuição dos gastos militares dos países-membros. Atualmente, França, Reino Unido, Alemanha e Itália são responsáveis por 75% dos gastos de defesa da UE, que tem 27 países. Só os dois primeiros gastam mais de 2% de seu PIB com a rubrica. O presidente propôs ainda a criação de um conselho de "uns dez ou doze sábios de alto nível" para refletir sobre o papel da Europa em "2020 e 2030".

Com agências internacionais

### **Brasil espera definição sobre Doha até outubro - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/08/2007**

O Brasil, na liderança do G-20, espera que até o começo de outubro haja uma definição na negociação agrícola na Rodada Doha, segundo indicou ontem o embaixador Clodoaldo Huguency. O mediador da negociação, o neozelandês Crawford Falconer, convocou três semanas decisivas de discussões, a partir do próximo dia 3 de setembro, com prioridade a questões mais em aberto em acesso ao mercado, como, por exemplo, produtos sensíveis e cotas agrícolas.

A expectativa é de que até o fim de setembro ele apresente aos 150 países membros um novo documento sobre as modalidades, ou seja, com o tamanho dos cortes de tarifas e subsídios.

A negociação na área industrial, que começará mais tarde, dependerá muito do que acontecer na negociação da área agrícola. O embaixador Clodoaldo Huguency deixa claro que se não houver sinalização dos Estados Unidos para amplos cortes de subsídios domésticos e da União Européia para acesso ao mercado, a situação ficará mais delicada ainda.

Em sua proposta inicial, apresentada em meados do mês de julho, Crawford Falconer propôs que os Estados Unidos limitem seus subsídios domésticos agrícolas que mais distorcem o comércio internacional a algo entre US\$ 13 bilhões e US\$ 16,4 bilhões, valores além do que o governo americano sempre diz aceitar. O corte médio de tarifas ficaria em volta de 51%.

Os negociadores começam a retornar das férias conscientes de que a decisão política dos principais envolvidos não está clara para dar o impulso final na Rodada Doha. A situação nos Estados Unidos parece particularmente difícil, com o Congresso tentando aprovar uma nova lei agrícola, em campanha eleitoral, que dá mais subsídios e não menos, como se espera nas negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesta terça-feira, o G-20 começa a promover reuniões em nível técnico para tentar definir soluções técnicas concretas em vários pontos onde sua posição ainda é muito geral. O grupo deve rever, por exemplo, sua posição sobre "caixa verde" (subsídios que não distorcem o comércio). Na quinta-feira, os parceiros centrais do grupo - Brasil, Argentina, China, Índia e África do Sul - preparam a reunião geral marcada para a semana que vem.

Uma decisão até outubro na Rodada Doha é considerada essencial pelo Brasil e outros importantes parceiros, porque depois a campanha presidencial nos Estados Unidos entra na fase decisiva e as coisas se complicam ainda mais para eventuais concessões.

**Moscou apóia incluir Brasil e outros no grupo** – Folha de São Paulo – Mundo – 29/08/2007

DA REDAÇÃO - A Rússia apoiou ontem a proposta de ampliação do G8 feita pelo presidente da França, Nicolas Sarkozy.

Em seu primeiro grande discurso sobre política externa como presidente, anteontem, Sarkozy afirmou que o grupo composto pelos sete países mais industrializados e a Rússia deveria incluir mais cinco -Brasil, China, Índia, México e África do Sul-, tornando-se o G13. Segundo a chancelaria russa, "os problemas mundiais não podem ser solucionados sem a participação dos grandes Estados da Ásia, da África e da América Latina". O Brasil e os outros quatro países participaram das duas últimas reuniões do G8, como convidados.

**"É impensável relançar a Alca", afirma Amorim** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/08/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, lamentou ontem o fracasso das negociações da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e ressaltou que, dadas as dificuldades do tema, seria "impensável, para não dizer impossível", retomar o diálogo com os Estados Unidos sobre um acordo amplo.

Amorim disse não excluir a assinatura de um acordo de livre comércio entre Mercosul e EUA, mediante "condições políticas favoráveis", mas considera o tema muito "complexo". Já a aproximação com a União Européia promete frutos mais rapidamente, porque o processo foi simplificado: não entrariam em debate subsídios ou propriedade intelectual, apenas acesso a mercados. O chanceler frisou, porém, que concluir a Rodada Doha, o que vê com otimismo, é prioridade antes de novos acordos.

**Brasil dá prazo de três meses para Doha destravar** - Sergio Leo – Valor Econômico –  
Brasil - 29/08/2007

Caso não ocorra, em três meses, uma definição sobre as negociações de liberalização comercial na Organização Mundial de Comércio (OMC), o governo brasileiro retomará, nesse período, as negociações comerciais suspensas devido às incertezas na discussão multilateral, disse o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. "Não vamos ficar parados: se, daqui a três meses não tiver andado nada, não deixaremos paradas as outras negociações", afirmou, ao sair de almoço com os parlamentares brasileiros do Parlamento do Mercosul.

Em seminário sobre política externa promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, apoiou a prioridade conferida pelo governo às negociações na OMC, a chamada Rodada Doha, mas advertiu para a necessidade de se impor um prazo para a retomada das negociações bilaterais. "Não se pode esperar indefinidamente", comentou Skaf, que defendeu, também, uma "flexibilização" no Mercosul, para que o Brasil possa assinar sozinho acordos comerciais, caso haja resistência por parte dos parceiros.

"É uma flexibilização, não o estouro da boiada", ressaltou, ao lhe perguntarem se estaria defendendo a implosão do Mercosul - já que a assinatura de acordos de comércio firmados isoladamente por membros do bloco inviabilizaria a tarifa externa comum, que caracteriza o Mercosul como uma união aduaneira. Para o chefe do Departamento de Negociações Internacionais do Itamaraty, Evandro Didonet, o Mercosul já "flexibiliza" negociações, como foi o caso do acordo de livre comércio com os países andinos, criticado pela indústria por ter prazos diferentes de liberalização, conforme os países envolvidos.

No caso do acordo de livre comércio com os europeus, Didonet garante que o Itamaraty está decidido a sentar-se à mesa de negociações "no dia seguinte" à definição de rumos na OMC. "O que os europeus esperam (para negociar um acordo bilateral com o Mercosul) não é o fracasso ou sucesso de Doha, mas uma definição dos rumos da negociação", comentou. Sem uma definição sobre as negociações de Doha, é difícil para o Brasil avaliar as ofertas de abertura de comércio, argumenta Amorim.

"Não saberemos o verdadeiro valor de soluções discutidas com a União Européia antes de terminar a negociação na OMC, porque podemos estar pagando para receber algo que se obteria de qualquer maneira pela negociação multilateral", exemplifica Amorim. "Ou pagando duas vezes pela mesma concessão", complementou.

"Estamos num momento de grande expectativa ainda, de conclusão (das definições sobre abertura comercial e fim de subsídios comerciais) da rodada em outubro", ressaltou Amorim. Em outubro, começa a fase decisiva da campanha presidencial americana, o que tornará mais difícil obter apoio do Congresso dos EUA a concessões comerciais. "Se, por hipótese, o Congresso americano não der o Trade Promotion Authority (TPA, a autorização ao Executivo para firmar acordos sem risco de emendas parlamentares), não vamos ficar parados", afirmou o ministro, que ressalva, porém, estar muito otimista em relação à possibilidade de um acordo.

Amorim argumenta que as propostas hoje na mesa são muito melhores que as perspectivas existentes em momentos anteriores na negociação e comemora o papel de protagonista do Brasil. Ele chegou a elogiar o esboço de acordo apresentado pelo coordenador das discussões agrícolas, Crawford Falconer, que seriam, porém, menos precisas e menos ambiciosas que as propostas de liberalização em produtos industriais.

Evandro Didonet informou que estão avançadas as negociações para um acordo de livre comércio com Israel (apenas barra o acordo a discussão sobre maiores concessões de abertura agrícola a Uruguai e Paraguai) e com os países árabes do Conselho de Cooperação do Golfo, hoje o segundo maior importador de alimentos do mundo.

**Brasil tenta manter atenção em Doha** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/08/2007

Diplomacia brasileira teme que turbulência nos mercados internacionais esfrie ainda mais negociações na OMC

A diplomacia brasileira quer evitar que as turbulências no sistema financeiro internacional tirem a atenção dos governos das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), que serão retomadas na segunda-feira. O embaixador do Brasil em Genebra, Clodoaldo Hugueneu, disse ao Estado que um dos esforços do País nas próximas semanas será manter os governos concentrados na Rodada Doha. 'Há o risco de que os esforços políticos sejam colocados no sistema financeiro internacional.'

Hugueneu admite que as turbulências financeiras ainda podem fazer surgir tendências protecionistas em alguns países, o que acabaria endurecendo posições dos vários governos nas negociações da OMC. Pelas previsões da entidade, o comércio internacional terá crescimento menor em 2007 em relação a 2006. Para 2008, a taxa pode ser ainda menor.

Na semana passada, a manutenção de posições protecionistas por deputados americanos e a insistência nos Estados Unidos em criar mais barreiras contra a China levaram o presidente da regional do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de Minneapolis, William Poole, a alertar que essa atitude pode levar ao colapso da OMC. 'A agenda das negociações de Doha está à beira de um colapso e isso levantaria dúvidas sobre a eficácia futura da OMC.'

No Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), o protecionismo também é visto como um risco. A entidade, considerada o banco central dos bancos centrais, alerta que isso criaria atritos entre governos e alimentaria uma queda no crescimento da atividade produtiva.

Apesar do cenário preocupante, o embaixador do Brasil na OMC tenta mostrar otimismo. 'Assim como há esse lado da moeda e esses riscos, também acho que a instabilidade pode ser uma oportunidade para que os países tomem a decisão de chegar a algum tipo de acordo e mostrar que o sistema multilateral está vivo', afirmou Hugueneu.

De fato, muitos negociadores acreditam que a Rodada Doha somente foi lançada em 2001 graças ao clima gerado pelos ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos. Na época, o encontro da OMC ocorreu apenas dois meses depois dos ataques às Torres Gêmeas e, em um sinal de união, os países chegaram a um acordo para lançar a rodada e demonstrar ao mercado que estavam comprometidos com a cooperação internacional.

Hoje, porém, não é apenas a crise financeira que poderá esvaziar os esforços dos países na OMC. Um dos riscos alertados pela entidade é a proliferação de acordos bilaterais. A União Europeia já iniciou seus trabalhos de aproximação com Índia e Coreia. O Estados Unidos devem insistir, na semana que vem, em um acordo com os países da Bacia do Pacífico, incluindo Japão e China.

Para completar, tudo indica que o Congresso americano vai aprovar uma nova lei de subsídios agrícolas, que manterá as distorções pelo menos até 2011. Na OMC, portanto, qualquer esforço para concluir a rodada pedindo um corte de 70% nos subsídios americanos teria um efeito de apenas médio prazo.

#### **Brasil quer tratar reforma agrária como subsídio legal** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/08/2007

O Brasil e outros membros do G-20 querem incluir gastos com reforma agrária, políticas de assentamento e formação de estoques públicos na categoria de subsídios agrícolas autorizados, num futuro acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC). O mediador da negociação agrícola, Crawford Falconer, já disse que esse tipo de medida tem, "em princípio", poucas objeções dos países para serem cobertos pela "caixa verde", que define as subvenções agrícolas autorizadas.

Agora o grupo liderado pelo Brasil afina sua posição, para assegurar que a revisão e clarificação da "caixa verde" beneficie de fato países em desenvolvimento e controle os gastos dos industrializados. Significa acomodar programas genuínos de desenvolvimento agrícola e rural de nações em desenvolvimento. As compras de estoque para merenda escolar, por exemplo, estariam livres de serem contestados como subsídios que distorcem o comércio.

De outro lado, o G-20 quer assegurar que nenhum programa com efeitos distorcivos à produção seja isento de compromissos de redução entre os industrializados.

#### **Asiáticos querem que Mercosul só forneça commodities** - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 30/08/2007

Os países do sudeste da Ásia e China ainda não parecem dispostos a aceitar o cenário que se desenha para esses países na área agrícola. Pesquisadores de China, Malásia, Indonésia, Filipinas, Tailândia e Índia confirmaram que o perfil de consumo de alimentos nesses países tem mudado nos últimos anos, graças à melhoria de renda, ao êxodo rural. Eles também corroboram a tese de esses países terão de importar cada vez mais para atender à demanda por alimentos, que cresce e se sofisticada.

Mas, discordam dos países do Mercosul quando se trata da pauta de comércio agrícola. Mesmo conscientes de que não possuem água e terras suficientes para expandir a produção a ponto de se manterem auto-suficientes em alimentos, os asiáticos preferem manter Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile apenas como fornecedores de commodities - a saber, grãos e etanol.

No caso da China, o governo pretende investir recursos em pesquisas para aumentar a produtividade das lavouras e economizar água, afirmou Tian Weiming, diretor do Instituto de Economia Agrícola da Universidade de Agricultura da China, em Pequim. O país, observou, investiu nos últimos anos na diversificação da agricultura e incentivou pequenos produtores a plantarem frutas e hortaliças e produzirem suínos, que oferecem melhor renda que soja, milho e trigo. "A China tem menos área agricultável e vai aumentar as importações agrícolas. Esse é um caminho inevitável. Mas a demanda no mercado externo será de matérias-primas, como grãos."

Ashok Gulati, diretor para Ásia do International Food Policy Research Institute (IFPRI), diz que, para a Índia, que também tem problemas com oferta de água e área disponível para plantio, o Brasil, por exemplo, pode se tornar um grande fornecedor de etanol e feijão. Ele observou que a Índia importa 70% do petróleo que consome e o governo do país estuda adotar misturas de etanol na gasolina. "A produção de cana consome muita água e já é de nosso interesse reduzir o plantio", disse. Ele observou ainda que a Índia também necessitará importar trigo (da Argentina, por exemplo) e de feijão (o país importa 2 milhões de toneladas/ano). "Há espaço para o Brasil se tornar um grande parceiro, mas é necessário fechar acordos."

Para Robert Thompson, da Universidade de Illinois (EUA), a importação de alimentos do Mercosul será inevitável. "Eles terão de importar não só grãos, mas também carnes", previu. Os pesquisadores participaram de seminário promovido pelo Alarn e Icone, em São Paulo.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

